

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA — UNIFOR-MG  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
FILIPE SOUSA DE ASSIS**

**CENTRO DE ASSISTÊNCIA PARA CRIANÇAS  
E ADOLESCENTES NA CIDADE DE FORMIGA/MG  
UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E REVITALIZAÇÃO**

**FORMIGA — MG  
2022**

FILIPPE SOUSA DE ASSIS

CENTRO DE ASSISTÊNCIA PARA CRIANÇAS  
E ADOLESCENTES NA CIDADE DE FORMIGA/MG  
UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFOR-MG, como requisito parcialobtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Ma. Marianna Costa Mattos.

FORMIGA – MG

2022

FILIPPE SOUSA DE ASSIS

CENTRO DE ASSISTÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA  
CIDADE DE FORMIGA/MG UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E  
REVITALIZAÇÃO.

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do  
UNIFOR-MG, como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em Arquitetura  
e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Marianna Costa Mattos

Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Alessandra Cláudia Cabanelas da Silva

UNIFOR-MG

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Aline Matos Leonel Assis

UNIFOR-MG

Formiga, 24 de Novembro de 2022.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ter me guiado até aqui dando direção em toda minha trajetória. Agradeço minha mãezinha Luiza que me deu todo suporte e ensinamento durante toda minha vida, quem está comigo todos os dias e que me apoia em minhas decisões, a meus irmãos Fernanda, Douglas, Karina e Heitor que me apoiaram e que sempre me deram total incentivo e que se orgulham de mim, obrigado por todo carinho e amor que me deram durante estes anos. Agradeço a todos da minha família que me apoiaram, meus primos, tios, avós e também aos meus amigos que foram essências na minha trajetória.

Agradeço a toda equipe da secretaria de que me acolheu durante 2 anos, ao longo do meu estágio no qual pude adquirir muito conhecimento. Agradeço também ao escritório Studio AA, em específico a Amanda Arantes que me deu a oportunidade de estágio e onde eu aprimorei mais os meus conhecimentos e a minha companheira Lívia que me aturou e me ajudou, durante meu período por lá. Obrigado por tudo que vocês fizeram por mim, e por todo apoio e carinho que recebi durante meus dias de estagiário.

Aos meus amigos e colegas, só tenho a agradecer por tudo, por terem me apoiado de forma incrível, tornando parte da minha vida e se tornando uma segunda família. Agradeço em especial as minhas amigas/irmãs que a faculdade me deu, Angelita e Brenda obrigado por tudo que vocês fizeram por mim e por terem me aturado tanto tempo, por estarem por perto sempre que precisei e por me apoiarem e também me derem os melhores conselhos quando eu mais precisei. Ao grupo composto por elas Angelita, Brenda, Carol, Yara, Juliana, Bruna, que esteve comigo durante todo esse tempo do início ao fim, com altos e baixos, a todos que de alguma forma fizeram totó diferença em minha jornada durante o curso.

Enfim aos meus professores que fizeram total diferença, todos aqueles que mesmo perto ou longe, presentes ou não estiveram de alguma forma participação em minha trajetória durante minha formação, em especial a minha orientadora Professora Mestre Alessandra Cláudia Cabanelas, por ter me dado suporte durante a elaboração deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo elaborar a criação de um espaço destinado a atender crianças e adolescentes, o projeto funcionará como complemento com os ensinamentos das escolas, atendendo seus alunos em períodos distintos seja ele no período matutino ou vespertino. O desenvolvimento deste trabalho está subdividido em duas etapas a primeira conta com a busca por referências bibliográficas, onde serão apresentados temas referentes a programas de assistência social, estudo de casos sobre políticas públicas, levantamento fotográficos dos programas voltados ao atendimento dos mesmos. A segunda etapa contará com uma proposta projeto arquitetônico para a cidade de Formiga/MG. A ideia final é que este projeto possa sanar as necessidades no município atendendo as comunidades e dando novas oportunidades aos alunos, visando o crescimento pessoal e profissional, garantindo a todos, qualidade e bem-estar.

**Palavras chave:** Projeto arquitetônico. Revitalização. Centro esportivo e cultural.

## **ABSTRACT**

The present work aims to elaborate the creation of a space destined to serve children and adolescents, the project will work as a complement to the teachings of schools, serving their students in different periods, whether in the morning or afternoon. The development of this work is divided into two stages, the first one counts with the search for bibliographic references, where themes related to social assistance programs will be presented, case studies on public policies, photographic survey of the programs aimed at serving them. The second stage will feature an architectural project proposal for the city of Formiga/MG. The final idea is that this project can meet the needs in the municipality, serving the communities and giving new opportunities to students, aiming at personal and professional growth, guaranteeing quality and well-being for everyone.

**Keywords:** Architectural design. revitalization. Sports and cultural center.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Corrimão e guarda-corpo.....	29
Figura 2 - Inclinações de superfície.....	30
Figura 3 - Dimensionamento de um sanitário acessível.....	31
Figura 4 - Quadra poliesportiva .....	34
Figura 5 - Academia ao ar livre.....	35
Figura 6 - Lote vago.....	35
Figura 7 - Vista geral do Centro de Atividades Esportivas .....	36
Figura 8 - Área externa do Centro de Atividades Esportivas .....	37
Figura 9 - Plano de Piso.....	37
Figura 10 - Recorte do projeto.....	38
Figura 11 - Estrutura de madeira .....	38
Figura 12 - Área externa do centro esportivo e cultural.....	39
Figura 13 - Vista externa da área verde do centro comunitário.....	40
Figura 14 - Vista externa de uma das áreas de lazer .....	40
Figura 15 - Áreas de lazer compartilhadas por crianças e adolescentes .....	41
Figura 16 - Áreas de lazer para crianças .....	41
Figura 17 - Estrutura arquitetônica dos espaços externos.....	42
Figura 18 - Espaços externos.....	43
Figura 19 - Arquitetura curva das áreas externas.....	44
Figura 20 - Vista externa do Singing Hills Recreation Center.....	45
Figura 21 - Visão geral do prédio .....	46
Figura 22 - Planta projetual .....	46
Figura 23 - Camadas de filtragem .....	47
Figura 24 - Área externa para recreação.....	48
Figura 25 - Ginásio para prática de atividades esportivas .....	48
Figura 26 - Áreas de convivência internas.....	49
Figura 27 - Mapa da microrregião em que a cidade está inserida .....	50
Figura 29 - Localização do terreno .....	52
Figura 29 - Nível de insolação.....	53
Figura 30- Mapa cheios e vazios .....	54
Figura 31 - Hierarquia viária .....	55
Figura 32 - Mapa de uso do solo .....	56

Figura 33 - Mapa de gabarito.....	57
Figura 34 - Mapa de equipamentos urbanos .....	57
Figura 35 - Fluxograma .....	59



## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Dados para o dimensionamento de saídas de emergência em locais públicos .....	32
Tabela 1 - Dimensionamento de rampas .....	30
Tabela 2 – Classificação das edificações quanto às suas características construtivas .....	33
Tabela 3 - Classificação das edificações quanto a sua dimensão em planta .....	33
Tabela 4 - Programa de necessidades.....	58

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1. Tema e problema .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2. Justificativa .....</b>	<b>11</b>
<b>1.3. Objetivos .....</b>	<b>12</b>
<b>1.3.1. Objetivos Gerais .....</b>	<b>12</b>
<b>1.3.2. Objetivos Específicos .....</b>	<b>12</b>
<b>1.4. Metodologia .....</b>	<b>12</b>
<b>1.5. Cronograma de atividades .....</b>	<b>13</b>
<b>2. REVISÃO TEÓRICA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. As demandas apresentadas para o atendimento de crianças e adolescentes após o ECA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2. Análise e perspectivas do conceito de adolescência.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3. Práticas esportivas para adolescentes em situação de vulnerabilidade .....</b>	<b>19</b>
<b>2.4. O esporte como forma de interação social .....</b>	<b>21</b>
<b>2.5. A relação entre Arquitetura e Esportes .....</b>	<b>23</b>
<b>2.6. Legislações pertinentes para o desenvolvimento deste projeto.....</b>	<b>24</b>
<b>2.6.1. Plano Diretor e Código de Obras .....</b>	<b>24</b>
<b>2.6.3. NBR 9050.....</b>	<b>27</b>
<b>2.6.4. NBR 9077.....</b>	<b>31</b>
<b>3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETIVO DE ESTUDO .....</b>	<b>34</b>
<b>4. LEITURAS DE OBRAS ANÁLOGAS.....</b>	<b>36</b>
<b>4.1. Centro de Apoio às Atividades Esportivas / Branco Cavaleiro Arquitetos .....</b>	<b>36</b>
<b>4.2. Naluwan Culture Center / FieldEvo Design Studio + LinBoYang Architects.....</b>	<b>39</b>
<b>4.3. Singing Hills Recreation Center .....</b>	<b>44</b>
<b>5. DIAGNÓSTICO DO SÍTIO E REGIÃO .....</b>	<b>50</b>
<b>5.1. Breve Histórico da cidade de Formiga/MG .....</b>	<b>50</b>
<b>5.2. Perfil sócio econômico da cidade de Formiga/MG .....</b>	<b>51</b>
<b>5.3. Estudo da área de Projeto e seu entorno .....</b>	<b>51</b>

<b>5.4. Estudo de mapas-síntese.....</b>	<b>53</b>
<b>6. PROPOSTA PROJETUAL .....</b>	<b>58</b>
<b>6.1 Programa de necessidades .....</b>	<b>58</b>
<b>6.2 Fluxograma .....</b>	<b>59</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....</b>	<b>60</b>
<b>8. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A atenção que os formuladores de políticas dão ao esporte e à cultura como ferramenta para o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens socialmente vulneráveis está crescendo, pois os pesquisadores argumentam que o cenário esportivo-cultural tem potencial para melhorar o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo.

Sob esta perspectiva, os formuladores de políticas, os profissionais de assistência social, em conjunto com arquitetos e engenheiros, visam cada vez mais aumentar as taxas de participação esportiva dos jovens porque consideram que o cenário esportivo-cultural é um lugar onde os jovens podem se envolver em atividades significativas e onde podem ter experiências positivas de apoio e valorização.

Desta forma, a criação de espaços adequados às práticas esportivas e culturais, além de estarem associados ao desenvolvimento de habilidades para a vida que podem ser usadas em diferentes domínios sociais, possibilitam o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento por meio da participação social, que podem ser usadas para lidar com os desafios da vida cotidiana. Com essas ideias em mente, aumentar a participação esportiva de jovens socialmente vulneráveis pode ser uma forma promissora de fortalecer seu desenvolvimento pessoal, uma vez que, as taxas de participação esportiva-cultural de jovens socialmente vulneráveis são menores do que a média de seus pares.

Embora os estudos nestas áreas tenham oferecido insights valiosos, eles não necessariamente nos informam sobre como os jovens socialmente vulneráveis vivenciam a participação no esporte, pois a existência de espaços adequados ainda é escassa. Além disso, os jovens socialmente vulneráveis caracterizam-se por acumular uma quantidade de experiências negativas com as instituições sociais em suas vidas, o que muitas vezes leva a relações distorcidas com essas instituições e desconexão social. Como resultado dessas experiências negativas, os jovens socialmente vulneráveis são frequentemente confrontados com sentimentos de incompetência e rejeição.

Para esses jovens, a participação em atividades esportivas e culturais é vista como uma ferramenta que pode amenizar algumas das relações distorcidas, quando eles têm experiências positivas e de apoio no âmbito social, em contraste com as experiências negativas que têm em outros domínios sociais. Neste contexto, a criação

de condições sociais, como a revitalização de espaços esportivos e culturais, é importante para criar experiências positivas e alcançar resultados positivos, para tanto, o poder público, juntamente com profissionais como arquitetos, educadores físicos e assistentes sociais, tornam-se elementos-chave, na consecução de propostas para criação e/ou revitalização de espaços que possam ser destinados à assistência a crianças e adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento social e educativo destes.

### **1.1 Tema e Problema**

O tema escolhido para conclusão deste trabalho é referente a elaboração de um centro de assistência para crianças e adolescentes na cidade de Formiga/MG, o objetivo é que esse espaço possa dar a oportunidade de inserção no mercado de trabalho, através de cursos e oficinas de aprendizagem que sirvam em conjunto com os estudos nas escolas.

Sendo assim podemos dizer que a falta de assistência correta e o acompanhamento na vida escolar de crianças e adolescentes levam a diversos fatores, como abandono dos estudos e conseqüentemente a busca por meios e caminhos indevidos.

### **1.2. Justificativa**

A base de uma educação depende de diversos fatores, por exemplo, para que uma criança ou adolescente tenha uma estrutura correta perante ao convívio social é necessário que eles tenham apoio da família sendo fundamental para o crescimento pessoal e profissional. Diante destes fatores, podemos dizer que boa parte da população de baixa renda não possui se quer o mínimo dessa estrutura, levando os jovens a buscarem rumos não impróprios, mas tudo isso isto também está ao âmbito afetivo e como são estabelecidos os métodos de criação, onde eles são aplicam na fase adulta o que vivenciaram no passado.

Com isso podemos constatar o quão necessário se faz a criação de um espaço destinado ao atendimento e acompanhamento até a fase adulta, todas as pessoas têm direito a uma educação e moradia de qualidade, para que o desenvolvimento do nosso país seja satisfatório trazendo benefícios para crescimento do mesmo.

### **1.3. Objetivos**

Este tópico tem por objetivo apresentar os temas que serão abordados logo a seguir como objetivos gerais e objetivos específicos, para propiciar o entendimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

#### **1.3.1. Objetivos gerais**

O objetivo deste trabalho é apresentar estudos relacionados ao tema escolhido, para que a proposta do projeto arquitetônico seja elaborada eficazmente e correta atendendo a demanda e proporcionando o acesso à educação e aos direitos de todas as crianças e adolescentes no município de Formiga/MG.

#### **1.3.2. Objetivos específicos**

- Realizar estudos sobre o tema referido a cima;
- Pesquisar sobre as categorias de assistência oferecidas no município de Formiga/MG;
- Desenvolver um levantamento sobre a história da cidade;
- Pesquisar sobre obras análogas relacionadas ao tema escolhido;
- Elaborar um programa de necessidades que atenda a demanda do referente projeto;
- Analisar mapas temáticos, das condicionantes locais: topografia, sistema viário, insolação, gabaritos, ventos predominantes, infraestrutura urbana; entre outras;
- Definição do terreno na cidade de Formiga/MG, para atender a proposta de projeto;

### **1.4. Metodologia**

O presente trabalho constitui-se em duas etapas, a primeira consiste na realização de uma pesquisa bibliográfica, por livros, artigos científicos, dissertações, monografias e teses, para obter referências sobre o tema escolhido.

Nesse contexto, objetivo será abordar temas ligados ao assunto, direcionando a sites relacionados com o escrito. Serão realizadas pesquisas voltadas a centros de assistências para crianças e adolescentes, destacando pontos principais como mobilidade, ergonomia, acessibilidade, legislações, normas e estatutos garantindo aconchego, segurança e bem-estar. Também será estudado o Código de Obras de Formiga, a IT08 — Saídas de Emergência em Edificações — 2.ª Edição 2017 (Portaria 30/2017), a NBR 9050 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (2015) e a NBR 9077 — Saídas de emergência em edifícios (2001). Serão realizadas pesquisas referentes a obras análogas de acordo com projetos voltados ao tema, seguido por programa de necessidades e fluxograma.

Outra etapa a ser estudada serão as análises das condicionantes climáticas e mapas temáticos, seguido por levantamento fotográfico e estudo sobre a área a ser projetada. Serão considerados os estudos sócios econômicos do município, dando finalidade a proposta de projeto no município.

O projeto incluirá as seguintes etapas: conceito, partido, estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal, detalhamento e maquete 3D. Dando sequência a etapa de entrega final do trabalho com apresentação e avaliação.

### 1.5. Cronograma de atividades



Fonte: O Autor, 2022

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A questão da apropriação do espaço público se dá principalmente através da prática e interação de atividades coletivas e esses processos são produzidos na maioria das vezes entre jovens que estão envolvidos principalmente na prática de esportes. Por isso, é preciso levar em conta a discussão em torno do conceito de juventude, que na perspectiva das ciências sociais tem se configurado por conteúdos que remetem a uma constante disputa em torno de seu significado. Por isso, localizar a condição juvenil em um tempo e espaço específicos permite integrar as diferentes perspectivas de análise sobre as questões que permeiam a vida em desenvolvimento de milhares de adolescentes, muitas vezes expostos a situações de vulnerabilidade.

### **2.1 As demandas apresentadas para o atendimento de crianças e adolescentes após o ECA**

A Constituição Federal de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente abriu espaço para o assistente social exercer sua função na sociedade e, em particular no espaço público, possibilitando traçar o conteúdo e direcionamento do trabalho profissional na realização e no acesso aos direitos sociais, buscando-se cumprir os direitos resguardados por lei (BRASIL, 1990).

Após a implementação do ECA, as crianças e os adolescentes passam a ser sujeitos de direitos, deixando de ser esquecidos pelos governantes e tendo uma parte do poder público empenhado em mudar sua vida social (BRASIL, 1990).

Neste contexto de mudanças sociais, Abreu (2009) afirma que a criança e o adolescente passaram ocupar um lugar sociedade. Apesar de todas as conquistas já firmadas para esse segmento, o espaço destinado segmento infanto-juvenil, ainda é pequeno. Este fato pode ser comprovado ao observar a existência da submissão destes frente ao mundo adulto, posição que normalmente é ultrapassada quando eles próprios atingirem essa condição.

Mesmo depois de passados dezoito anos, o ECA mantém em seus artigos a legitimação dos direitos prioritários a favor da criança e do adolescente e que, de fato não são cumpridos no Brasil, pois a maioria da população é desprovida de conhecimento e acredita que infância e adolescência são fases transitórias e que seus direitos vão se legitimar quando estes atingirem a idade adulta. No entanto estão, na



verdade, alienados do verdadeiro direito, pois é na infância e adolescência que por lei os direitos devem ser priorizados (ABREU, 2009).

Estudos mostram que crianças e adolescentes foram reconhecidos como sujeitos prioritários de direitos através da iminência de sua fragilidade, desrespeito, dentre outros. Deste modo, para que houvesse uma possível transformação social seria necessário que se instigasse o conhecimento da população, para se promover a sensibilização a respeito deste assunto.

Abreu (2009), em seu trabalho coloca que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei de garantia de direitos universais à infância e à juventude, vinculado à sua condição de política social, estando sujeito na sua proposta de concretização. Sabe-se que, seu propósito não servir como auxílio e sim, zelar pela garantia da efetivação dos direitos assegurados por lei às crianças e adolescentes independentemente da classe social na qual está inserido.

O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e a Constituição Federal de 1988, no artigo 227 assim colocam em relação à criança e ao adolescente:

[...] reconhecem a criança e o adolescente como prioridade absoluta e com proteção integral. Cabe à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade de assegurar os direitos fundamentais, mediante formulação e execução de políticas sociais públicas, imprimindo um novo reordenamento institucional, marcando definitivamente uma mudança de concepção em relação a esse segmento da população, agora reconhecido como sujeito de direito (SOUZA, 1998; NOGUEIRA NETO, 2005; SANTOS, 2007).

As crianças e adolescentes têm seus direitos resguardos por lei, porém ainda existe a necessidade de conscientização de que eles precisam ser protegidos e envolvidos por toda a sociedade para que possam usufruir de seus direitos conquistados.

Neste sentido, Abreu (2009) ressalta a importância do empenho por parte da sociedade e educadores na formação e informação para que adolescentes e crianças possam crescer física e intelectualmente, rompendo com os traços hierárquicos de autoritarismo conservador, e também romper com o maior mal da humanidade que é a desigualdade social, para que o ECA deixe de ser apenas um projeto e vire realidade.

O processo de consolidação dos direitos tem como marco situações de profunda transformação social e política, sendo que esses avanços estão ligados, também, a pautas definidas nacionalmente ou por acordos internacionais, caudatários do campo judiciário e da sua institucionalização (BAPTISTA, 2012).

Este processo de consolidação não se trata apenas de uma ideia sem fundamentação. Trata-se de estudos e análises realizadas por especialistas que se dedicaram em estudar e entender as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes de nosso país e do mundo e, posteriormente, propuseram soluções que tinham como objetivo modificar a realidade de uma população de excluídos.

Na sociedade atual faz-se necessário um envolvimento maior por parte de pessoas que busquem mudanças no campo social, que lutem diariamente para diminuir as desigualdades sociais e que não meçam esforços para resguardar os direitos da sociedade.

Segundo lamamoto (2007, p. 200) *apud* Silva (2010),

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho - e correspondentes expressões culturais - dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam.

Conhecer a realidade dos indivíduos é a base para o entendimento do cotidiano para assim indicar parâmetros para uma melhor intervenção, não há apreensão desta realidade a partir de conhecimentos superficiais.

O conhecimento dos processos sociais e da realidade de vivência dos indivíduos poderá servir de base para ações inovadoras, capazes de proporcionar um atendimento mais eficaz às reais necessidades sociais dos mesmos, para quem são desenvolvidas as ações sociais. Tal conhecimento é pré-requisito para a formação de uma consciência crítica e uma cultura pública mais democrática, já que não há uma solução única para as desigualdades sociais existentes, necessita-se de um estudo, uma apreensão da realidade apresentada para cada situação na reconstrução das raízes sociais da infância e juventude e na luta pela afirmação dos direitos no cotidiano da vida social dos que vem sendo privados do exercício da cidadania (Silva 2010).

lamamoto (2006, s.p.) assim diz:

É no estreitamento dos laços de convivência familiar e comunitária que o Assistente Social realiza seu trabalho enraizando esse laço tão expressivo na mudança da sociedade, considerando as relações sociais e investindo no combate ao preconceito, violência e desigualdades que impedem a afirmação da criança e do adolescente enquanto sujeito de direitos.

As palavras de Yamamoto (2006) nos lembra do quanto é importante não somente atender à criança e ao adolescente, e sua família dentro do seu contexto social, estão se perdendo os valores, os laços familiares, o respeito, e essa perda está repercutindo de forma negativa em toda a sociedade, é necessário uma estratégia que se baseia na transformação social.

## **2.2 Análise e perspectivas do conceito de adolescência**

O conceito de juventude não está sujeito a definições específicas, assim, condição da categoria jovem pode ser interpretada a partir de múltiplas expressões que se desenvolveram na primeira metade do século XX com a expansão urbana. Portanto, o contraste entre adultos e jovens marcou a diferença entre um ator e outro. Nesta perspectiva Veronese (2001) frisa que durante um longo período, os adolescentes foram

Foram levados ao esquecimento social e dos escopos político-econômicos, perdem prioridade para minoria privilegiada que direciona o desenvolvimento do país. Nesse contexto são induzidos a, em nome da fome, deixarem se explorar, violentar...sem quaisquer restrições (VERONESE, 2001, p. 9).

Observou-se que, somente após muitas lutas e a instituição dos direitos da Criança e do Adolescente que o conceito de juventude passou a ser uma construção heterogênea e historicamente significativa. Assim, localizar a condição histórica dos modos de vida e práxis juvenis implica reconhecer as diferentes transformações e posicionamentos que a perspectiva da juventude implica para os estudos atuais (LIMA, 2015).

A discussão sobre a questão da juventude tem repercutido em diferentes posições, Andrade (2018) a coloca como um produto socialmente construído determinado pelo lugar que os jovens ocupam dentro da estrutura hierárquica e pela relação que estabelecem com outras instâncias sociais. Diante disso, o debate sobre

o conceito de juventude, o define não apenas como uma disputa sobre o tema, mas também engloba uma reflexão para além de onde a teoria social pode ser pensada.

Em suma, um dos grandes postulados sobre o tema da juventude onde coincidem diferentes reflexões, é que a teoria da juventude é marcada por sua própria historicidade e por meio de contextos específicos que produzem e reproduzem novos sujeitos na sociedade (ELIAS, 2005).

Dentro desta perspectiva, Becker (2003) ressalta que, a juventude pode fazer parte de uma série de elementos que são constituídos por normas sociais e comportamentos diferentes, e para a juventude existir é preciso, por um lado, uma série de condições sociais, comportamentos e instituições que distinguem os jovens de outras faixas etárias e, por outro lado, uma série de imagens culturais, como valores, atributos e ritos especificamente associados aos jovens.

Por isso, as diferentes posições sobre a teoria da juventude têm colocado o palco do ressurgimento da juventude a partir da evolução dos processos de industrialização. Assim, os estudos têm se concentrado em conceber a juventude como uma construção social com características particulares que levam a categorizá-la de várias maneiras (FERREIRA; FARIAS, 2010). Nessa perspectiva, a juventude, particularmente no período da adolescência, pode ser definida como uma construção social que se desenvolve de maneiras específicas e que reflete continuamente mudanças de forma e conteúdo ao longo do tempo e do espaço (MARTY, 2006).

Em outra perspectiva sobre a questão da juventude, Almeida, Martins e Trindade (2003) destacam que o processo de transição entre a infância e a vida adulta implica em opções diferenciadas nas quais necessariamente aparecerão condições sociais de classe e gênero. Portanto, segundo Bock (2007), na linha que demarca o período da infância à adolescência, observa-se a capacidade dos jovens de participar de diferentes modelos de cultura juvenil. Por isso, deve-se considerar a importância dos jovens e sua inserção em diferentes culturas, tomando especificamente esta fase de transição, como sendo aquela que comumente apresenta mudanças de comportamento, adesão a grupos e diferentes formas de representação da juventude.

Diante disso, pode-se compreender que os adolescentes, em suas atividades cotidianas se encontram, constroem formas de organização, refletem compromissos grupais e revelam o sentimento de lealdade com outros jovens como parte da construção de suas identidades (BOCK, 2007). Consequentemente, a presença de grupos juvenis nos espaços públicos e a desqualificação destes perante a ordem

pública teve um aumento considerável durante grande parte do século XX, sendo ainda observada nos dias atuais, onde se verifica a presença de adolescentes e sua busca por espaços próprios.

Assim, conforme Becker (2003), a expressão da juventude/adolescência permaneceu à margem dos processos sociais. Por um lado, as formas de controle social têm aumentado por meio da punição de “maus comportamentos” de jovens, estigmatizados por meio da perseguição de atividades praticadas em espaços públicos e a punição de expressões como esportes informais entre outras propostas que os jovens expressam.

Diante dessa série de condicionantes, observa-se, entre muitos outros aspectos, o rompimento dos jovens com os padrões tradicionais impostos pela sociedade, na medida em que, há algumas décadas, suas atividades eram enquadradas por jovens que visavam cumprir que os pais desejavam (MARTY, 2006).

Nessa perspectiva, percebe-se que a juventude atualmente tem um alcance muito amplo ao abordá-la. Portanto, não é mais possível definir juventude com meras palavras, como referência social e historicamente situada e representada por formas de atribuição e estruturas de poder (ANDRADE, 2018).

Diante dessa consideração, a adolescência, na atualidade, faz parte de um processo dinâmico em que os jovens estarão em uma categoria transitória de suas vidas. Portanto, refletir sobre essa abordagem nos permitirá reconstruir a complexa situação das experiências juvenis, situando-as em um tempo e espaço. Por isso, o objetivo será situar os atores juvenis por meio de um senso crítico e reconhecendo que a juventude se dilui por meio de uma construção social, o que representará para o debate disparidades entre o que é ser jovem e não ser (CASTRO et al., 2009).

Assim, conforme destacado por Bourdieu (1990) a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente entre a luta de ser jovens ou velhos. Reciprocamente, essa contradição surgiu em paridade com a sociedade moderna, com a grande indústria e com a expressão do mundo contemporâneo.

### **2.3 Práticas esportivas para adolescentes em situação de vulnerabilidade**

De acordo com alguns estudos, o trabalho com adolescentes pode ser abordado de diversas formas, aqui focamos na importância do esporte não apenas como ferramenta socioeducativa, mas também no resgate de seu efeito sinérgico.

Grossman (2010) afirma que "satisfatores" sinérgicos são aqueles que, pela forma como satisfazem uma determinada necessidade, estimulam e contribuem para a satisfação simultânea de outras necessidades. Com efeito, o desporto proporciona componentes recreativos, de integração, de participação, melhora os conflitos da vida quotidiana, proporciona benefícios para a saúde, tanto física como mental.

Entre as abordagens propostas, uma delas é a educação em valores que levam Cortês Neto et al. (2020) a expressar que a atividade física e o esporte constituem um contexto ideal graças à enorme atração que exerce sobre crianças, jovens e seu modo particular de se desenvolver, onde são facilitadas inúmeras situações de relacionamento interpessoal com colegas e professores, oferecendo oportunidades únicas para desenvolver qualidades pessoais e sociais como autoestima, solidariedade, cooperação.

Cortês Neto et al. (2020) expressa que, embora a atividade física e o esporte utilizados de forma eficiente possam ser fonte de integração, cooperação e tolerância, sua contrapartida, se mal aplicada, é a geração de conflitos, violência e exclusão.

Por outro lado, Rodríguez (2004, p.42), em sua pesquisa, expressa "que é interessante pensar em intervenções esportivas enquadradas em projetos de educação social, direcionando-os para a resistência dos processos de produção e reprodução da exclusão. Para isso, é aconselhável aceitar limites nas ações e, da mesma forma, estar atento aos problemas inerentes à exclusão. Na medida em que isso tem a ver com processos de fratura e desintegração social, o esporte pode ser uma ferramenta de intervenção atrativa para criar espaços de coesão e participação social.

Para Silva (2004), o tema do esporte como ferramenta de intervenção pedagógica e social não tem uma teoria ampla e consolidada para apoiá-lo, ou seja, apesar de terem experiências práticas e pesquisas interessantes, estas estão mais alinhadas com a especialização, voltadas para o uso do esporte como ferramenta de intervenção, com atenção especial ao trabalho com setores específicos da população socialmente vulnerável.

Sob esta perspectiva Motta (2010) está convencido de que o esporte pode ser tão importante para a educação social quanto qualquer outro projeto de intervenção, como a restauração de obras arquitetônicas ou móveis. No entanto, considera também que se trata de uma ferramenta particularmente interessante, sobretudo para os jovens, e ocupa um lugar central na vida social de inúmeras pessoas, enquanto

fenômeno cultural popular de grande impacto e extensão. Além disso, Silva (2004), elenca uma série de vantagens, destacando sua fácil adaptação aos espaços públicos informais, a redução da burocratização, os vínculos institucionais e o trabalho cotidiano no conflito.

Tendo em conta a crescente complexidade da sociedade contemporânea e a sua relação com o desporto, tem vindo a proliferar novas práticas físico- desportivas que vão para além do campo institucionalizado do desporto e dos equipamentos convencionais (SANCHES; RUBIO, 2011).

Assim, Vianna e Lovisolo (2011), afirmam que as transformações existentes no sistema esportivo, tanto no que se refere à sua implementação, quanto aos atores e valores que os sustentam, modificaram o tratamento dado ao espaço esportivo, a ponto de muitas delas serem realizadas em espaços coletivos não convencionais, explorando assim os recursos oferecidos pela cidade.

Neste sentido, Souza et al. (2010) destacam a facilidade com que certas práticas desportivas podem ser adaptadas aos espaços públicos informais como ruas, praças, parques, praias, etc., permite pensar na abertura de novas possibilidades de intervenção pedagógica e social.

Portanto, a partir da singularidade dos grupos de adolescentes vinculados a um projeto, os responsáveis por ele poderão estabelecer contato com professores e diretores de centros educacionais, e outras instituições da área, para prevenir conjuntamente problemas como: absenteísmo nas instituições de ensino, drogadicção, violência, etc., e assim até mesmo lançar outros projetos esportivos, aproveitando sua capacidade de engajamento, para tornar os espaços educativos mais atrativos (BORGES, 2018).

#### **2.4 O esporte como forma de interação social**

Uma das vantagens oferecidas pelo desporto como instrumento de intervenção em contextos de exclusão social é a sua potencial capacidade de influenciar os conflitos quotidianos. De fato, é um dos aspetos fundamentais para o funcionamento ótimo da atividade uma vez que, como assinala Fava (2016), é frequente a manifestação constante de agressividade, imediatismo, linguagem desqualificante, etc.

As sessões de prática desportiva são especialmente úteis para o trabalho, sempre baseadas no diálogo e nas regras construídas coletivamente, e sobretudo valores como: respeito, empatia, autonomia e aceitação das diferenças, conforme afirmou Borges (2018).

Fava (2016) ressalta que, ao nível dos limites do desporto como instrumento de intervenção, é possível apontar que este é constituído pelas condições materiais em que vivem, a autopercepção diminuída de si, entre outras, são habitualmente alimentadas por estas situações de exclusão, fragmentação social que dificulta a integração de diferentes grupos sociais.

O reconhecimento do esporte como canal de socialização positiva ou inclusão social é revelado pelo crescente número de projetos esportivos destinados aos jovens das classes populares, financiados por instituições governamentais e privadas (VIANNA; LOVISOLO, 2011, p.1)

Aparentemente, as pessoas que sobrevivem em situação de exclusão podem ter pouco ou nenhum interesse em praticar atividades esportivas, uma vez que estas geralmente são sentidas e/ou vivenciadas como perda de tempo diante das emergências que vivenciam. Isso implica para o Serviço Social (entre outras disciplinas) um dos desafios a enfrentar, desenvolvendo estratégias para a protagonização da participação dos envolvidos. Ou seja, uma participação que empodera, fortalece, promove a proteção e a transcende para transformar crianças e adolescentes em sujeitos e atores sociais.

A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana é representada, principalmente, por origem nacional, sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência (SASSAKI, 1999, p.42).

Entendida a partir da concretização de espaços de ampla participação que incluem setores historicamente desconhecidos, especialmente os adolescentes. Esses espaços apontam para a constituição do sujeito protagonista que constrói uma nova sociedade que respeita os direitos das pessoas (GABARDO, 2018).

O desporto, concebido como meio e não como fim em si mesmo, permite a adaptação de intervenções que, concebidas a partir da educação social (com os seus



componentes pedagógicas e sociais), podem ajudar a resistir à produção e reprodução da exclusão social (SILVA; COUTINHO, 2009).

Em suma, o esporte, com suas vantagens e até mesmo limites, é apenas mais uma ferramenta para lidar com a exclusão social. Provavelmente, a resposta à exclusão implica outro caminho de maior alcance, porém, o esporte, admitindo limites, pode significar mais uma oportunidade para ampliar a multiplicidade de propostas que atuam como contenção e resistência.

## **2.5 A relação entre Arquitetura e Esportes**

Como corrente arquitetônica marcada e limitada pelo contexto do Centro Esportivo e sua respectiva revitalização, determina-se o funcionalismo do espaço, que se rege enfatizando a função do espaço, destinando-o, de fato à sua real função (ABREU, 2020). Desta forma, parte-se de uma necessidade, que é a falta de equipamentos desportivos para a prática de desportos por adolescentes de uma localidade, portanto este objeto arquitetônico é útil para atingir um fim, é um meio, que obedece a um programa regido pelo contexto e pela vertente social (SILVA; COUTINHO, 2009).

Esta ideia de que a arquitetura é complementada pelos objetivos que a obra deve cumprir, sintetizados no Programa Arquitetônico, que define como: “o conjunto de exigências a satisfazer na obra a projetar” e em que não só as necessidades do homem, mas também as exigências e exigências impostas pelo terreno com a sua localização geográfica, as suas dimensões, orientação, topografia, geologia, localização urbana, etc.; as impostas pelo destino da obra e, em particular, de cada um dos espaços que a integram, com os requisitos para alcançar uma solução eficiente, e as derivadas dos aspectos econômicos da construção (SOARES, 2018).

Desta forma, Gabardo (2018) afirma que a obra deve ser útil não só no que diz respeito aos espaços delimitados ou habitáveis, mas também no que diz respeito à delimitação dos espaços construídos. Também deve ser construído logicamente, a forma concordando com a função mecânica e seu destino utilitário, o exterior respondendo ao interior e a forma ao seu tempo histórico. Além disso, Jesus (2018) complementa ao afirmar que a obra deve ser esteticamente positiva como resultado de uma busca consciente e expressiva da cultura que preside a criação arquitetônica.

Diante disso, é necessário compreender as práticas esportivas urbanas como um sistema múltiplo que está em constante mudança, os quais são representados em fatores não tradicionais que emergem diariamente nos espaços públicos. Desta forma, defende-se “que a gestão dos espaços públicos urbanos de uso desportivo é o critério a partir do qual estabeleceremos uma classificação das “lógicas”, dos “modos de fazer” práticos nos itinerários desportivos urbanos. Para além da origem da sua organização administrativa” (SOARES, 2018).

No marco dessas propostas, as transformações dos espaços públicos não estão apenas vinculadas à marca das cidades em tempos de globalização, mas também às redefinições da vida pública: uma estratificação acentuada das interações sociais, um afastamento sobre o privado e o íntimo e uma dispersão cada vez maior de estruturas geradoras de significado tradicionalmente e socialmente vinculativas (GABARDO, 2018).

## **2.6. Legislações pertinentes para o desenvolvimento deste projeto**

### **2.6.1 Plano Diretor e Código de Obras do município de Formiga**

O Plano Diretor do município de Formiga, de acordo com os Princípios Fundamentais e dos Objetivos Gerais da Política de Gestão municipal destaca:

Art. 2º A política de gestão do Município de Formiga observará os seguintes princípios fundamentais: I - função social da cidade; II - função social da propriedade urbana; III - sustentabilidade; IV - gestão democrática. Art. 3º A função social da cidade de Formiga corresponde ao direito de todos ao acesso à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, transporte, saúde, educação, assistência social, lazer, trabalho e renda, bem como a espaços públicos, equipamentos, infra-estrutura, serviços urbanos e ao patrimônio ambiental e cultural da cidade. Art. 4º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais da ordenação da cidade expressas neste Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto a qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas na legislação urbanística e quando for utilizada para: I - habitação, especialmente de interesse social; II - atividades econômicas geradoras de trabalho, emprego e renda; III - proteção e preservação do meio ambiente; IV - proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural; V - equipamentos e serviços públicos; VI - uso e ocupação do solo compatíveis com a infraestrutura urbana disponível. Parágrafo único. A atuação do Poder Público deverá exigir o cumprimento, pelo proprietário, das condições estabelecidas, em função do interesse social. Art. 5º A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento local equilibrado nas dimensões social, econômica e ambiental, embasada nos valores culturais e no fortalecimento político-institucional, orientado para a melhoria contínua da qualidade de vida das

gerações presentes e futuras, apoiando-se: I - na promoção da cidadania, na justiça social e na inclusão social; II - na valorização e requalificação dos espaços públicos, na habitabilidade e na acessibilidade para todos; III - na ampliação das oportunidades através do trabalho, da educação e da cultura; IV - na melhoria da qualidade de vida, na promoção da saúde pública e do saneamento básico e ambiental; V - na recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes natural e construído, incluindo-se o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico; VI - na potencialização da criatividade e do empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes; VII - na participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento, gestão e controle social; VIII - na ampliação e manutenção da infraestrutura urbana e dos serviços públicos; IX - no incentivo ao desenvolvimento das atividades econômicas geradoras de emprego, garantindo trabalho e renda; X - no incentivo e fomento à atividade econômica de forma articulada com os demais municípios da Região; XI - na segurança alimentar com produção vegetal e animal ecologicamente correta e socialmente justa. Parágrafo único. O desenvolvimento sustentável do município tem como objetivos fundamentais a eliminação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. Art. 6º A gestão democrática é entendida como o processo decisório no qual há a participação direta dos cidadãos, individualmente ou através das suas organizações representativas, na formulação, execução e controle da política municipal, garantindo: I - transparência, solidariedade, justiça social e apoio à participação popular;

Como complemento ao Plano Diretor do município de Formiga-MG, destacam-se em seu Código de Obras, disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Formiga os seguintes artigos:

Art. 1º - Toda e qualquer construção, reforma e ampliação de edifícios, efetuada por particulares ou entidade pública, a qualquer título, é regulada pela presente Lei, obedecidas as normas federais e estaduais relativas à matéria. Parágrafo único: Esta Lei complementa sem substituir as exigências de caráter urbanístico estabelecidas por Legislação específica municipal que regulam o uso e ocupação de solo e as características fixadas para a paisagem urbana.

Art. 2º - Esta lei tem como objetivos: I - orientar os projetos e execução de edificações do Município; II - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a comunidade. III - promover a melhoria de padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações em seu território.

[..]Art. 18º - Na execução de toda e qualquer edificação bem como na reforma ou ampliação, os materiais utilizados deverão satisfazer às normas compatíveis com o seu uso na construção, atendendo ao que dispõe a ABNT em relação a cada caso. § 1º - Os coeficientes de segurança para os diversos materiais serão os fixados pela ABNT. § 2º - Os materiais utilizados para paredes, portas, janelas, pisos, coberturas e forros deverão atender ao mínimo exigido pelas normas técnicas oficiais quanto à resistência ao fogo e isolamento térmico e acústico.

Art. 19º - As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, devem ter largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que dão acesso. I - quando de uso privativo, a largura mínima será de 0,80m (oitenta centímetros); II - quando de uso comum, a largura será de 1,20m (um metro e vinte centímetros); III - quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder

a 0,01m (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para o compartimento, respeitando o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros). Parágrafo único: As portas de acesso a gabinetes sanitários, banheiros e armários privativos poderão ter largura de 0,60m (sessenta centímetros)

Art. 20º - As escadas terão largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros) e oferecerão passagem com a altura mínima nunca inferior a 1,90m (um metro e noventa centímetros), salvo o disposto nos parágrafos seguintes: § 1º - Quando de uso comum ou coletivo, as escadas deverão obedecer às seguintes exigências: I - ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e não inferior às portas e corredores a que se refere o artigo anterior; II - ter um patamar intermediário de pelo menos 1,00m (um metro) de profundidade quando o desnível vencido for maior do que 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de altura; III - ser de material incombustível, quando atender a mais de dois pavimentos; IV - dispor, nos edifícios com quatro ou mais pavimentos: a - de saguão ou patamar independente do "Hall" de distribuição, a partir do quarto pavimento; b - de iluminação natural ou de sistema de emergência para alimentação da iluminação artificial. V - dispor de porta corta-fogo entre a caixa de escada e seu saguão e o "hall" de distribuição, a partir do sexto pavimento; VI - dispor, no edifício com nove ou mais pavimentos: a - de uma antecâmara ventilada entre o saguão da escada e o "hall" de distribuição, isolada por duas portas corta-fogo; b - ser a antecâmara ventilada por um poço de ventilação natural aberto no pavimento térreo e na cobertura; c - será antecâmara iluminada por sistema compatível com o adotado para a escada. §2º - Nas escadas de uso secundário ou eventual poderá ser permitida a redução de sua largura até o mínimo de 0,60m (sessenta centímetros). §3º - A existência de elevador em uma edificação não dispensa a construção de escada.

Art. 21º - No caso de emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências relativas ao dimensionamento e resistência fixada para as escadas. Parágrafo único: As rampas não poderão apresentar declividade superior a 12%. Se a declividade exceder 6%, o piso deverá ser revestido com material não escorregadio.

Art. 22º - Será obrigatório a instalação de, no mínimo, um elevador nas edificações de mais de dois pavimentos que apresentarem, entre o piso de qualquer pavimento e o nível da via pública, no ponto de acesso ao edifício, uma distância vertical superior a 11,00m (onze metros) de, no mínimo, 2 (dois) elevadores, no caso dessa distância ser superior a 24,00m (vinte quatro metros) § 1º - A referência de nível para as distâncias vertical mencionadas poderá ser a da soleira de entrada do edifício e não a da via pública, no caso de edificação que fiquem suficientemente recuadas de alinhamento, para permitir seja vencida essa diferença, de cotas através de rampa com inclinação não superior a 12% (doze por cento). § 2º - Para efeito de cálculo das distâncias verticais, será considerada a espessura das lajes com 0,15m (quinze centímetros), no mínimo"; § 3º - No cálculo das distâncias verticais, não será computado o último pavimento, quando for de uso exclusivo do penúltimo ou destinado a dependências de uso comum e privativas do prédio, ou, dependências de zelador.

Art. 23º - Os espaços de acesso ou circulação fronteiros às portas dos elevadores deverão ter dimensão não inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), medida perpendicularmente às portas dos elevadores. Parágrafo único: Quando a edificação necessariamente tiver mais de um elevador, as áreas de acesso de cada par de elevadores devem estar interligadas em todos os pisos.

Art. 24º - O sistema mecânico de circulação vertical (número de elevadores, cálculo de tráfego e demais características) está sujeito às normas técnicas da ABNT sempre que for instalado e deve ter um responsável técnico legalmente habilitado.

[...]Art. 46º - As edificações destinadas a auditórios, cinemas, teatros e similares deverão atender às seguintes disposições especiais: I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível, apenas nas edificações térreas e nas esquadrias, lambris, parapeitos, revestimentos do piso, estrutura da cobertura e forro; II - ter instalações sanitárias separadas para cada sexo, com as seguintes proporções mínimas, em relação à lotação máxima, calculada na base de 1,60m<sup>2</sup> (um metro e sessenta centímetros quadrados) por pessoa. a - para o sexo masculino, um vaso e um lavatório para cada 500 (quinhentos) lugares ou fração, e um mictório para cada 250 (duzentos e cinquenta) lugares ou fração; b - para o sexo feminino, um vaso e um lavatório para cada 500 (quinhentos) lugares ou fração; III - ter instalação preventiva contra incêndio, de acordo com as normas da ABNT. Art. 47º - Nas edificações destinadas a auditórios, cinemas, teatros e similares as portas, circulações, corredores e escadas serão dimensionadas em função da lotação máxima: I - quanto às portas: a - deverão ter a mesma largura dos corredores; b - as de saída da edificação deverão ter largura total (soma de todos os vãos) correspondendo a 1cm (um centímetro) por lugar, não podendo cada porta ter menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de vão livre e deverão abrir de dentro para fora. II - quanto aos corredores de acesso e escoamento do público deverão possuir largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) tendo um acréscimo de 1mm (um milímetro) por lugar excedente à lotação de cento e cinquenta (150) lugares; quando não houver lugares fixos, a lotação será calculada na base de 1,60m<sup>2</sup> (um metro e sessenta centímetros quadrados) por pessoa. III - quanto às circulações internas à sala de espetáculos: a - os corredores longitudinais deverão ter largura mínima de 1,00m (um metro) e os transversais de 1,70m (um metro e setenta centímetros); b - as larguras mínimas terão um acréscimo de 1mm (um milímetro) por lugar excedente a 100 (cem) lugares, na direção do fluxo formalde escoamento da sala para as saídas. IX - quanto às escadas: a - as de saída deverão ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para uma lotação máxima de cem (100) lugares, largura a ser aumentada à razão de 1mm (um milímetro) por lugar excedente; b - sempre que a altura a vencer for superior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,20m (um metro e vinte centímetros). c - não poderão ser desenvolvidas em leque ou caracol; d - quando substituídas por rampas, estas deverão ter inclinação menor ou igual a 10% (dez por cento), ser revestidas de material antiderrapante.

Observa-se que o Plano Diretor do município de Formiga – MG, no que concerne à realização de edificações, reformas ou ampliações, visa ao atendimento das Normas Regulamentadoras, tendo em vista proporcionar conforto e acessibilidade aos moradores ou àqueles que frequentam as instalações, em casos de prédios públicos ou espaços de atendimento privado.

### **2.6.2 NBR 9050 (Pesquisar o ano que foi lançada a última resolução dela)**

De acordo com a NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015 possibilita condições plenas de acessibilidade a todos as pessoas que fazem uso de uma edificação. Portanto, é

necessário que sejam tomadas medidas específicas para seu atendimento, durante o processo de elaboração do projeto arquitetônico.

Sob este ponto de vista, são estabelecidas as seguintes condições de acessibilidade, levando em conta critérios e parâmetros técnicos indicados na NRB 9050/2015, tendo em vista

[...] proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (ABNT, 2015, p. 15)

Lodi (2016) destaca que, a Norma tem como objetivo conferir a utilização de modo autônomo a todos os tipos de ambientes, de maneira segura e independente a edificações, uso de mobiliário e equipamentos urbanos, ao maior número possível de pessoas, sejam estas de qualquer idade, limitação física ou de percepção.

Sob esta visão, a NBR 9050 (2015) ao tratar das questões relativas à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos destaca elementos como a presença de mobiliário na rota acessível, onde uma altura entre 0,60 m até 2,10 m do piso podem representar riscos para pessoas com deficiências visuais, caso tenham ressaltos com mais de 0,10 m de profundidade. [...]

6.1.1.2 A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação.

Desta forma a ausência de obstáculos é imprescindível para garantir condições plenas de acessibilidade para aqueles que possuem deficiências físicas ou visuais. Nos casos onde não é possível eliminar um obstáculo a NBR 9050/2015 recomenda em seus itens 4.33 e 4.37 que,

4.3.3 Mobiliários na rota acessível: [...] Quando da impossibilidade de um mobiliário ser instalado fora da rota acessível, ele deve ser projetado com diferença mínima em valor de reflexão da luz (LRV) de 30 pontos, em relação ao plano de fundo, conforme definido em 5.2.9.1.1, e ser detectável com bengala longa ou atender ao descrito em 5.4.6.3.[...]

4.3.7 Proteção contra queda ao longo de rotas acessíveis: Devem ser previstas proteções laterais ao longo de rotas acessíveis, para impedir que pessoas sofram ferimentos em decorrência de quedas. [...]

É importante ressaltar que, caso as rotas acessíveis não possuam vedações em suas laterais e ainda apresentem inclinações ou desníveis superiores a 0,60 cm, estas devem ser protegidas por guarda-corpo (FIG. 1). A sinalização dos locais para o trânsito de deficientes visuais também é de muita importância, assim, devem ser instalados sinalizadores táteis ou sonoros.

Figura 1 - Corrimão e guarda-corpo



Fonte: Viva Decora. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/acessibilidade-na-arquitetura/>, Acesso em: 10 de maio de 2022.

É importante lembrar ainda que, o piso de edificações ou calçadas deve ser beneficiado de materiais de revestimento que apresentem superfície regular e estável para que os sujeitos que fazem uso de equipamentos como cadeiras de rodas não tenham seu acesso dificultado em função de superfícies deslizantes.

Com relação à ocorrência de inclinações, o item 6.3.3 da NBR 9050 (2015) cita que: A inclinação transversal da superfície deve ser de até 2 % para pisos internos e de até 3 % para pisos externos (FIG. 2).

Figura 2 - Inclinações de superfície



Fonte: Lamônica et al. (2002)

A inclinação longitudinal da superfície deve ser inferior a 5 %. Inclinações iguais ou superiores a 5 % são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.6.

As suas dimensões mínimas estão descritas no item 6.12.3 da NBR 9050 (2015, p. 88):

A largura da calçada pode ser dividida em três faixas de uso, conforme definido a seguir e demonstrado pela Figura 9: a) faixa de serviço: serve para acomodar o mobiliário, os canteiros, as árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Nas calçadas a serem construídas, recomenda-se reservar uma faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m; b) faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre; c) faixa de acesso: consiste no espaço de passagem da área pública para o lote. Esta faixa é possível apenas em calçadas com largura superior a 2,00 m. Serve para acomodar a rampa de acesso aos lotes limítrofes sob autorização do município para edificações já construídas.

As rampas devem seguir as dimensões máximas permitidas pela NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (2015), conforme TAB. 1 da norma:

Tabela 1 - Dimensionamento de rampas

Desníveis máximos de cada segmento de rampa h (m)	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i (%)	Número máximo de segmentos de rampa
1,50	5,00 (1:20)	Sem limite
1,00	5,00 (1:20) < i ≤ 6,25 (1:16)	Sem limite
0,80	6,25 (1:16) , i ≤ 8,33 (1:12)	15

Fonte: adaptado de NBR 9050 (2015).



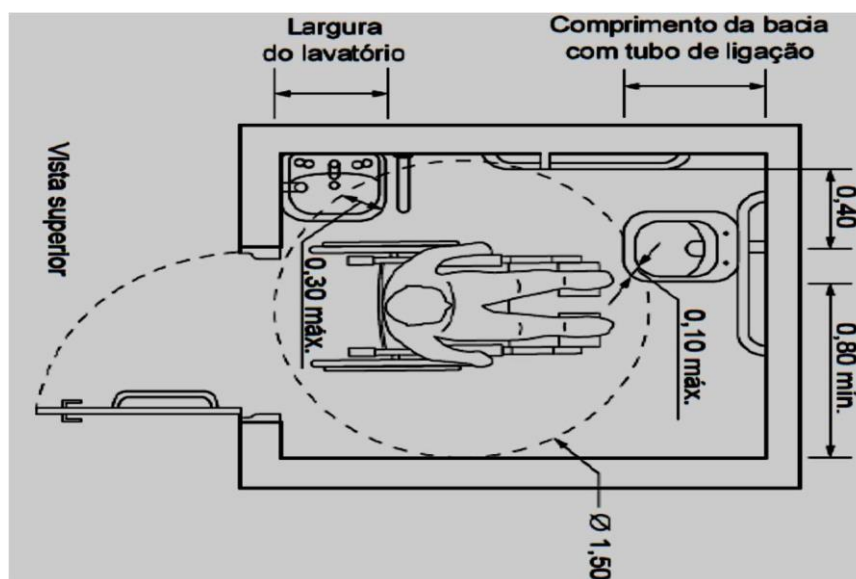
De acordo com Carlos Filho (2017) observa-se também no texto da NRB 9050/2015, especificamente no item 6.3.4, que trata de desníveis superiores a 5mm, há um destaque para que estes recebam o mesmo tratamento destinado a degraus ou rampas. Neste caso, a ocorrência de um degrau isolado deve possuir uma rampa ou o rebaixamento do piso, de modo a torna-lo acessível para indivíduos que possuem algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida.

Nos espaços de uso público, também é muito importante que se tenham instalações sanitárias que possam ser utilizadas facilmente por todos.

Estes banheiros devem ser dotados de barras de apoio que seguem às mesmas especificações de instalação e acabamentos dos corrimãos. Elas devem estar localizadas próximas às bacias sanitárias, chuveiro e lavatórios.

É necessário a presença de pelo menos um box acessível para cadeirantes, e este deve ter as dimensões mínimas que podem ser conferidas na FIG 3.

Figura 3 - Dimensionamento de um sanitário acessível



Fonte: NBR 9050, ABNT, 2015, p.87

#### 2.6.4. NBR 9077

A NBR 9077/2001, define os componentes da saída de emergência como:

- Acessos ou rotas de saídas horizontais, isto é, acessos às escadas, quando houver, e respectivas portas ou ao espaço livre exterior, nas edificações térreas;

- Escadas ou rampas;
- Descarga.

Conforme a NBR 9077/2001, o dimensionamento da largura de saídas deve atender ao número de pessoas que o local comporta ou que nele possam transitar. Desta forma é feito um dimensionamento de escadas, rampas e descargas, levando-se em conta sua capacidade máxima. No caso de edificações com diversos pavimentos, estas saídas devem ser sinalizadas com função de levar aqueles que se encontram no seu interior chegarem no menor tempo possível à saída. O dimensionamento da largura das saídas de emergência, escadas e descargas é feito por meio da fórmula:

$$N = \frac{P}{C}$$

Onde:

N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro.

P = população.

C = capacidade da unidade de passagem.

De posse desta fórmula, os dados utilizados para o dimensionamento de saídas de emergência em locais públicos podem ser observados no QUADRO 1.

Quadro 1 – Dados para o dimensionamento de saídas de emergência em locais públicos

F	F-1, F-10	Uma pessoa por 3 m <sup>2</sup> de área <sup>(N)</sup>	100	75	100
	F-2, F-5, F-8	Uma pessoa por m <sup>2</sup> de área <sup>(E) (G) (N) (Q)</sup>			
	F-3, F-9	Duas pessoas por m <sup>2</sup> de área <sup>(G) (N) (1:0,5 m<sup>2</sup>) (Q)</sup>			
	F-6, F-7	Três pessoas por m <sup>2</sup> de área <sup>(G) (N) (P) (Q)</sup>			
	F-4	Uma pessoa por 3 m <sup>2</sup> de área <sup>(E) (J) (F) (N)</sup>			

Fonte: NBR 9077/2001, Anexo, Tabela 5, p.29.

Destaca-se que, é necessário levar em consideração nas edificações a facilidade que esta apresenta para pegar o fogo e por isso, são levados em consideração toda sua arquitetura, assim como os tipos de estrutura e materiais usados. Assim, as edificações recebem uma classificação conforme suas características construtivas, as quais estão dispostas na TAB. 2 da NBR 9077/2011.

Tabela 2 - Classificação das edificações quanto às suas características construtivas.

Código	Tipo	Especificação	Exemplos
X	Edificações em que a propagação do fogo é fácil	Edificações com estrutura e entrespisos combustíveis	Prédios estruturados em madeira, prédios com entrespisos de ferro e madeira, pavilhões em arcos de madeira laminada e outros
Y	Edificações com mediana resistência ao fogo	Edificações com estrutura resistente ao fogo, mas com fácil propagação de fogo entre os pavimentos	Edificações com paredes-cortinas de vidro ("cristaleiras"); edificações com janelas sem peitoris (distância entre vergas e peitoris das aberturas do andar seguinte menor que 1,00 m); lojas com galerias elevadas e vãos abertos e outros
Z	Edificações em que a propagação do fogo é difícil	Prédios com estrutura resistente ao fogo e isolamento entre pavimentos	Prédios com concreto armado calculado para resistir ao fogo, com divisórias incombustíveis, sem divisórias leves, com parapeitos de alvenaria sob as janelas ou com abas prolongando os entrespisos e outros

Fonte: NBR 9077, 2001.

Depois é realizada a classificação da edificação, onde são analisados elementos relativos à sua área ou dimensão de acordo com sua planta. Sob esta ótica, a área de um pavimento ou de toda a edificação é considerada como parâmetro para determinação do tipo de proteção contra fogo que será usada. A classificação das edificações consiste em dois grupos, onde são levados em conta a ocupação de acordo com sua área, assim:

- Inferior ou igual a 750 m<sup>2</sup>.
- Superior a 750 m<sup>2</sup>.

As edificações são classificadas quanto às suas dimensões em planta de acordo com a TAB. 3 da NBR 9077/2001, Tabela 5 deste trabalho.

Tabela 3 – Classificação das edificações quanto a sua dimensão em planta.

Natureza do enfoque		Código	Classe da edificação	Parâmetros de área
$\alpha$	Quanto à área do maior pavimento ( $s_p$ )	P	De pequeno pavimento	$s_p < 750 \text{ m}^2$
		Q	De grande pavimento	$s_p \geq 750 \text{ m}^2$
$\beta$	Quanto à área dos pavimentos atuados abaixo da soleira de entrada ( $s_e$ )	R	Com pequeno subsolo	$s_e < 500 \text{ m}^2$
		S	Com grande subsolo	$s_e \geq 500 \text{ m}^2$
$\gamma$	Quanto à área total $S_1$ (soma das áreas de todos os pavimentos da edificação)	T	Edificações pequenas	$S_1 < 750 \text{ m}^2$
		U	Edificações médias	$750 \text{ m}^2 \leq S_1 < 1500 \text{ m}^2$
		V	Edificações grandes	$1500 \text{ m}^2 \leq S_1 < 5000 \text{ m}^2$
		W	Edificações muito grandes	$A_1 > 5000 \text{ m}^2$

Fonte: NBR 9077, 2001.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Para melhor compreensão da proposta, foi realizada uma visita ao local, no qual pretende-se criar um espaço para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, por meio do esporte, promovendo assistência à saúde, educação e cultura.

O local, já possui uma quadra descoberta, a qual não possui uso efetivo por parte da comunidade (FIG. 4).

Figura 4 - Quadra poliesportiva



Fonte: O autor, 2022

Além disso, conta com um espaço destinado à prática esportiva, com mobiliário para realizar treinamentos de musculação ao ar livre (FIG. 5).

Figura 5 - Academia ao ar livre



Fonte: O autor, 2022

Há ainda um lote vago que poderia ser implementado ao projeto, que pode ser verificado na FIG. 6 de modo a comportar uma ampliação do espaço esportivo e de lazer para crianças e adolescentes utilizarem no contra turno escolar, sendo este dotado de profissionais capacitados para dirigir as atividades em horários previamente estabelecidos.

Figura 6 - Lote vago



Fonte: O autor, 2022

Com base na área em questão e nos equipamentos disponíveis se tornaria possível criar espaços que possam contribuir para a educação formal e permitir o acesso à cultura, despertando talentos de crianças e adolescentes em diversas áreas de atuação, seja na formação profissional, cultural ou lazer.

#### **4 OBRAS ANÁLOGAS**

Para um melhor desenvolvimento da proposta foram estudadas algumas obras análogas, com o objetivo de auxiliar e direcionar o programa de necessidades bem como o desenvolvimento dos vários aspectos que devem ser contemplados no projeto.

##### **4.1 Centro de Apoio às Atividades Esportivas / Branco Cavaleiro Arquitetos**

O centro de apoio às atividades esportivas, elaborado pela empresa Branco Cavaleiro Arquitetos, com uma área de 2010m<sup>2</sup>, foi criado no ano de 2017, objetivando ofertar recreação e prática esportiva para crianças e adolescentes

Figura 7 - Vista geral do Centro de Atividades Esportivas



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 29 de maio de 2022.

*Descrição do texto fornecida pelos arquitetos.* Apoio às Atividades Esportivas - APPD, foi proposto para uma área sensível da Praia do Cabedelo, em Viana do

Castelo. Esta instalação, prevista no Plano de Uso da Terra Costeira Caminha-Espinho (POOC), é extremamente necessária para fornecer suporte para esportes náuticos, neste caso específico kitesurf, windsurf e surf.

Figura 8 - Área externa do Centro de Atividades Esportivas



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 29 de maio de 2022.

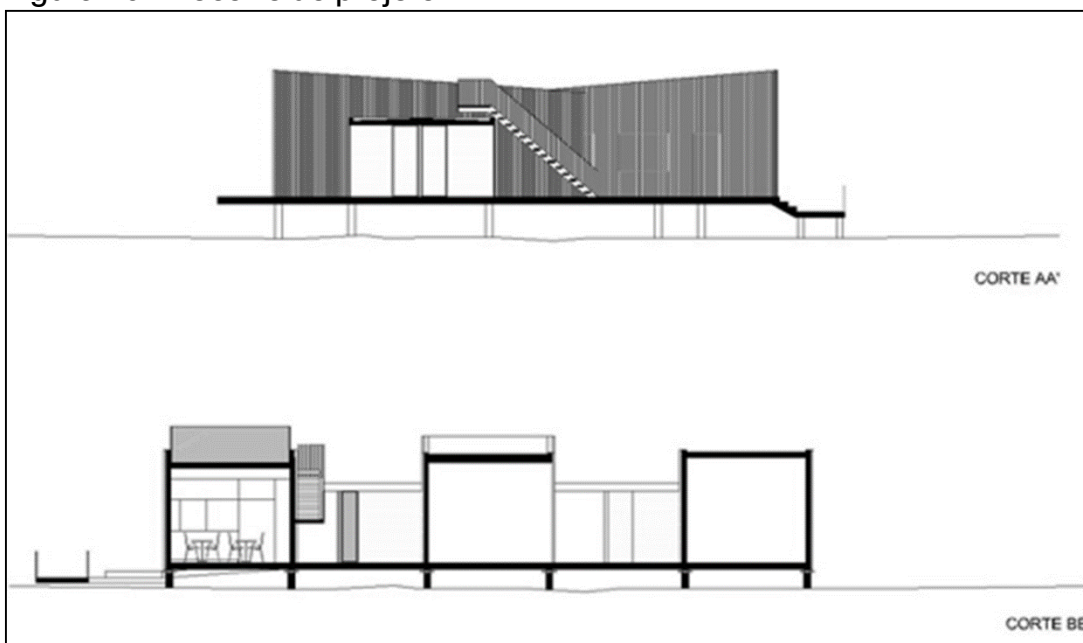
A escolha dos arquitetos por priorizar a madeira, ocorreu devido à simplicidade das peças e funcionalidade do local que destina-se de maneira prioritária à prática de esportes aquáticos.

Figura 9 - Plano de Piso



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 29 de maio de 2022.

Figura 10 - Recorte do projeto



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 29 de maio de 2022.



Mais uma vez, a estrutura sobe acima do sistema de dunas e consiste em uma construção envolta em um sistema de ripas verticais de madeira.

Figura 11 - Estrutura de madeira



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/982687/support-center-for-sports-activities-branco-cavaleiro-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 29 de maio de 2022.

As instalações consistem em três volumes com três funções diferentes. Embora diferentes alturas e inclinações (como o sistema de dunas) eles fornecem proteção contra os ventos predominantes nas áreas externas. O primeiro volume ao norte abriga a área do bar (suporte mínimo) com uma esplanada no telhado; o volume central abriga o armazém e o centro médico; ao sul é o terceiro volume com os chuveiros e áreas de armazenamento.

Chama a atenção neste projeto a adequação dos materiais à localidade, uma vez que optou-se madeira que é um material de fácil instalação.

#### **4.2 Naluwan Culture Center / FieldEvo Design Studio + LinBoYang Architects**

O Centro cultural e esportivo de Naluwan, foi projetado por um grupo de arquitetos, liderados por Boyang Lin, em uma área de 1080 m<sup>2</sup>, sendo concluído no ano de 2022.

O local conta com projeto paisagístico integrado à natureza, espaço aberto para atividades esportivas e de lazer

Figura 12 - Área externa do centro esportivo e cultural.



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-field-development-studio-plus-linboyang-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-field-development-studio-plus-linboyang-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 29 de maio de 2022.

A estrutura foi projetada em um terminal em um litoral de 17km. Com base na infraestrutura da área cênica costeira de 17 quilômetros em Hsinchu, não há lugar para os visitantes pararem para descansar na rua Naluwan. O projeto do centro cultural transforma o local em um terminal, ou poderia dizer, um local de encontro semelhante a uma estação onde moradores e visitantes entrelaçam todas as experiências e vários pontos de vista.

Figura 13 - Vista externa da área verde do centro comunitário



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 29 de maio de 2022.

Figura 14 - Vista externa de uma das áreas de lazer



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 29 de maio de 2022.

O centro comunitário tem como objetivo reunir visitantes e a comunidade local, e desta forma possui ambientes diversos e conforme seus idealizadores, o limite claro formado por paredes não é necessário na definição de um centro cultural.

Figura 15 - Áreas de lazer compartilhadas por crianças e adolescentes



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 18 de maio de 2022.

Figura 16 - Áreas de lazer para crianças



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 18 de maio de 2022.

A observação do projeto em uma perspectiva horizontal, permite olhar para o oceano com o horizonte estendido por todos os lados. Não há nada além de apenas uma cena integrada, na qual o centro cultural se mistura com o ambiente.

Quando o centro cultural fica sozinho sem visitantes, ele se funde com a paisagem tranquilamente. Quando as pessoas vêm, o vento e a luz as seduzem a

explorar e interagir livremente. Paredes curvas, portas de vidro transparentes e quartos indefinidos levam os visitantes a passear. Passeio pelo espaço causa curiosidade. Imagens que fluem por todo o pantanal e caranguejos eremitas rastejam na areia. Essas forças e energia crescem infinitamente, como a natureza é.

Figura 17 - Estrutura arquitetônica dos espaços externos



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-field-of-devotion-design-studio-plus-linboyang-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-field-of-devotion-design-studio-plus-linboyang-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 18 de maio de 2022.

O centro ainda propicia a prática da caminhada. Normalmente, o próprio edifício é a parte mais importante quando se faz um tour arquitetônico. No entanto, apreciar a vista deve levar muito mais tempo do que olhar para o prédio no Centro Cultural de Naluwan.

Figura 18 - Espaços externos



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 18 de maio de 2022.

Por causa do mirante elevado, os visitantes têm a oportunidade de sentir o entorno. A parede de pé restringe a visão de apenas um lado. Portanto, toda a experiência de caminhar até o topo é como caminhar. Depois que a viagem leva os visitantes à plataforma superior, eles já navegaram involuntariamente pelo panorama espetacular da costa.

As curvas que pareciam ser estabelecidas casualmente são formadas pelo cálculo preciso repetidamente de acordo com o ângulo da luz solar. Para não reduzir a eficiência da construção, as curvas são rearranjadas para evitar que sejam espalhadas. No entanto, os visitantes não perceberão que o espaço foi projetado com base em quatro círculos virtuais. Tudo o que eles farão é interagir e se mover entre essas curvas de forma livre e espontânea.

Figura 19 - Arquitetura curva das áreas externas



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981980/naluwan-culture-center-fieldevo-design-studio-plus-linboyang-architects?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 18 de maio de 2022.

### 4.3 Singing Hills Recreation Center

O centro de recreação Hills, está localizado na cidade de Dallas, no Texas, foi elaborado pelos arquitetos Perkins e Will, no ano de 2020, e conta com uma área de 2332 m<sup>2</sup>.

Figura 20 - Vista externa do Singing Hills Recreation Center



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 12 de maio de 2022.

O projeto do Singing Hills Recreation Center começou com um modesto orçamento e programa localizado nas margens do centro de Dallas. O local oferecia uma colina pontuada por afloramentos naturais de calcário, ambientes densamente arborizados e adjacência a uma nova linha de transporte público. A crescente empolgação com o projeto levou a uma série de reuniões comunitárias onde os participantes geraram uma lista de aspirações para o edifício, pedindo que ele se tornasse um farol, tivesse uma identidade clara e priorizasse a comunidade e a paisagem natural.

Através do engajamento com o público e da interpretação de seus objetivos, a equipe de design concebeu o edifício como uma peça de infraestrutura do local, unindo redes veiculares, ferroviárias, bicicletas e ambientais para formar um espaço em camadas de intercâmbio social e bem-estar. Para alcançar essa expressão, os projetistas abrigaram o prédio o mais próximo possível da linha de trem, ligando os dois com vias diretas e uma praça cheia de árvores.



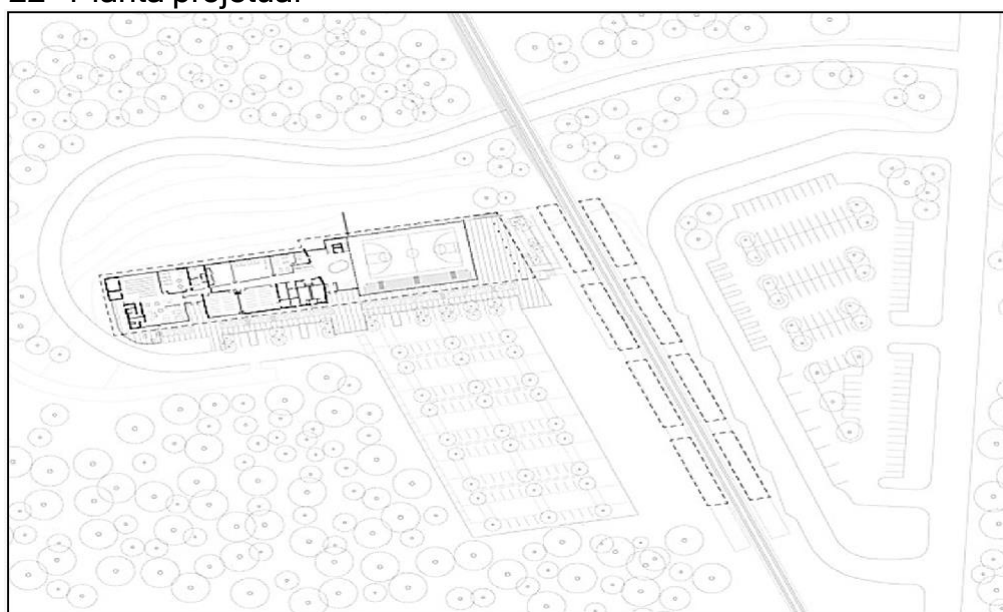
Figura 21 - Visão geral do prédio



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 12 de maio de 2022.

O projeto do edifício envolve e reinterpreta o ambiente natural circundante. O dossel de árvores existente é abstraído como um plano aéreo ondulante, enquadrando vistas, revelando as atividades no interior, e permitindo que o terreno natural flua visualmente através do edifício.

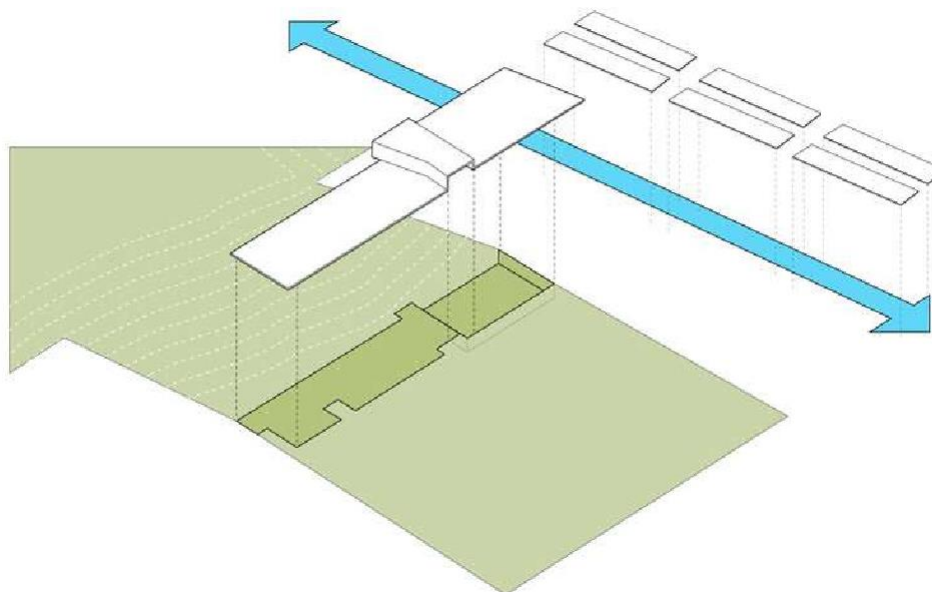
Figura 22 - Planta projetual



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 12 de maio de 2022.

Estratégias de filtragem, camadas e triagem informaram a expressão interior e fornecem um ambiente restaurador que se mistura com o ecossistema natural. O uso exclusivo de plantas nativas texanas, e um tapete de flores silvestres restabelecem a flora natural da condição de pré-desenvolvimento do local.

Figura 23 - Camadas de filtragem



Fonte: Acdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 12 de maio de 2022.

A Recreação Singing Hills é um lugar de interação social, projetado para incentivar a maior quantidade de atividade sobreposta. Essa nova comodidade pública é dada uma identidade clara como um lugar para a comunidade se reunir e incentivar comportamentos saudáveis. Beneficiando um bairro historicamente carente, o projeto oferece uma experiência em escala humana com um elevado nível de presença cívica.

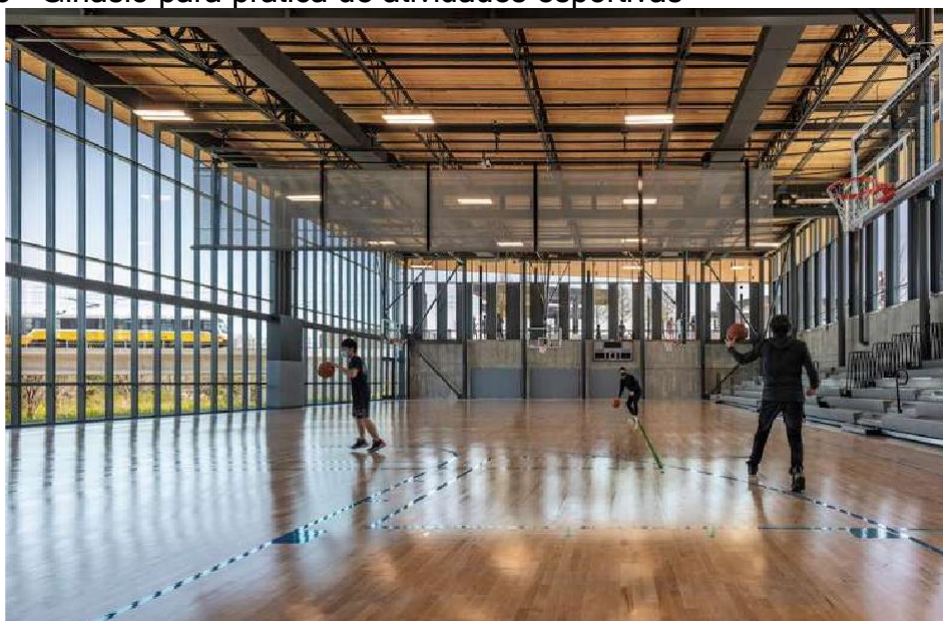
Figura 24 - Área externa para recreação



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 12 de maio de 2022.

Uma estratégia de design chave envolveu a escavação do ginásio na encosta para acompanhar a topografia do local e reduzir a maior parte volumosa do espaço, mantendo assim uma escala humana e introduzindo vistas surpresas nas atividades da academia.

Figura 25 - Ginásio para prática de atividades esportivas



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 12 de maio de 2022.

Isso é conseguido através de um conceito claro que é articulado através de uma paleta de material simples e detalhes refinados. O acesso direto ao centro de Dallas via VLT oferece oportunidades econômicas ampliadas e permite que o centro sirva como um símbolo e porta de entrada para um futuro mais equitativo para a área.

Figura 26 - Áreas de convivência internas



Fonte: Archdaily. Disponível em: [https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/981777/singing-hills-recreation-center-perkins-and-will?ad_source=search&ad_medium=projects_tab). Acesso em: 12 de maio de 2022.

## 5 DIAGNÓSTICO DO SÍTIO E REGIÃO

Neste capítulo serão abordadas informações relevantes sobre a área do projeto e seu entorno, serão apresentadas informações em mapas de diagnóstico que indicam acessos, condicionantes climáticas do local, hierarquia viária, entre outros, para fins de melhor conhecimento da região, com o intuito de salientar as pesquisas para maior obtenção de informações.

### 5.1 História do município de Formiga (MG)

Formiga está localizada na região centro oeste de Minas, é uma cidade brasileira situada na região sudeste do país. Possui limites com as cidades de Pains, Arcos, Guapé, Cristais, Pedra do Indaiá, Pimenta e Itapeçerica. Há uma distância de aproximadamente 194 (cento e noventa e quatro) quilômetros da capital do estado, Belo Horizonte, à qual se liga pela rodovia MG-050, 462 (quatrocentos e sessenta e dois) quilômetros de São Paulo e 539 (quinhentos e trinta e nove) quilômetros do Rio de Janeiro.

Figura 27 - Mapa da microrregião em que a cidade está inserida



Fonte: Wikitravel. Disponível em: [https://wikitravel.org/pt/Centro-Oeste de Minas](https://wikitravel.org/pt/Centro-Oeste_de_Minhas). Acesso em: 22 de junho de 2022.

Uma lenda relatada pelo historiador Leopoldo Corrêa explica o motivo pela escolha do nome da cidade foi pelo acontecimento na cidade é a de que um grupo de tropeiros que levava açúcar para o interior do país, ao descasar às margens do rio batizado com o nome da cidade, teve o carregamento invadido por formigas, o que trouxe prejuízo para os viajantes (PREFEITURA DE FORMIGA, 2018).

O historiador Leopoldo Corrêa critica esta versão e afirma que ela é apenas uma lenda. Ele acrescenta que se este fato fosse verdadeiro, o nome da cidade viria no plural (PREFEITURA DE FORMIGA, 2018).

Leopoldo também defende a ideia de que o nome da cidade teve origem com a vinda dos índios Tapuias, de São Paulo, para dismantelar o Quilombo de Ambrósio, localizado entre os municípios de Formiga e Cristais. Em algumas situações, as aldeias destes indígenas eram denominadas Formigas pelo fato de estes se alimentarem de tanajura (PREFEITURA DE FORMIGA, 2018).

Além dos nomes pelo qual Formiga já foi conhecida, também já foi apelidada como Arraial de São Vicente Férrer, Vila Nova de Formiga, Cidade das Areias Brancas e Princesa do Oeste (PREFEITURA DE FORMIGA, 2018).

## **5.2. Perfil socioeconômico da cidade de Formiga/MG**

Economicamente, o município de Formiga possui uma localização estratégica, pois está situada no entroncamento da MG-050 com a BR-354. O setor terciário é a atividade econômica mais relevante na área urbana. No comércio, ganham destaque os serviços de reparação de veículos automotores, objetos pessoais e utilidades domésticas. As indústrias de transformação, como a confecção de artigos de vestuário, calçados, acessórios e a fabricação de produtos alimentícios e bebidas aparecem como registros secundários. O setor agropecuário é considerado fraco para a economia do município, sendo a maior parte das terras destinadas à pecuária, seguida pelo cultivo de milho e mandioca, com pouca expressão aparece a criação de suínos.

## **5.3. Estudo da área de Projeto e seu entorno**

O estudo das condicionantes do entorno da área do terreno, é demonstrado através dos mapas sínteses, observando as condições climáticas da cidade, usos,

gabaritos de altura, hidrografia e áreas verdes.

Esta análise é de grande importância, pois através dela que teremos diretrizes para o melhor aproveitamento energético da edificação, aproveitando a iluminação natural e a redução de ar condicionados.

O terreno escolhido está localizado na área urbana de Formiga – MG, mais precisamente na Rua José Francino Oliveira, bairro Santa Luzia (FIG. 28). O mesmo possui 34m<sup>2</sup> de frente, 26m<sup>2</sup> de fundo e, ao lado direito 22m<sup>2</sup> e à esquerda 19,80m<sup>2</sup>.

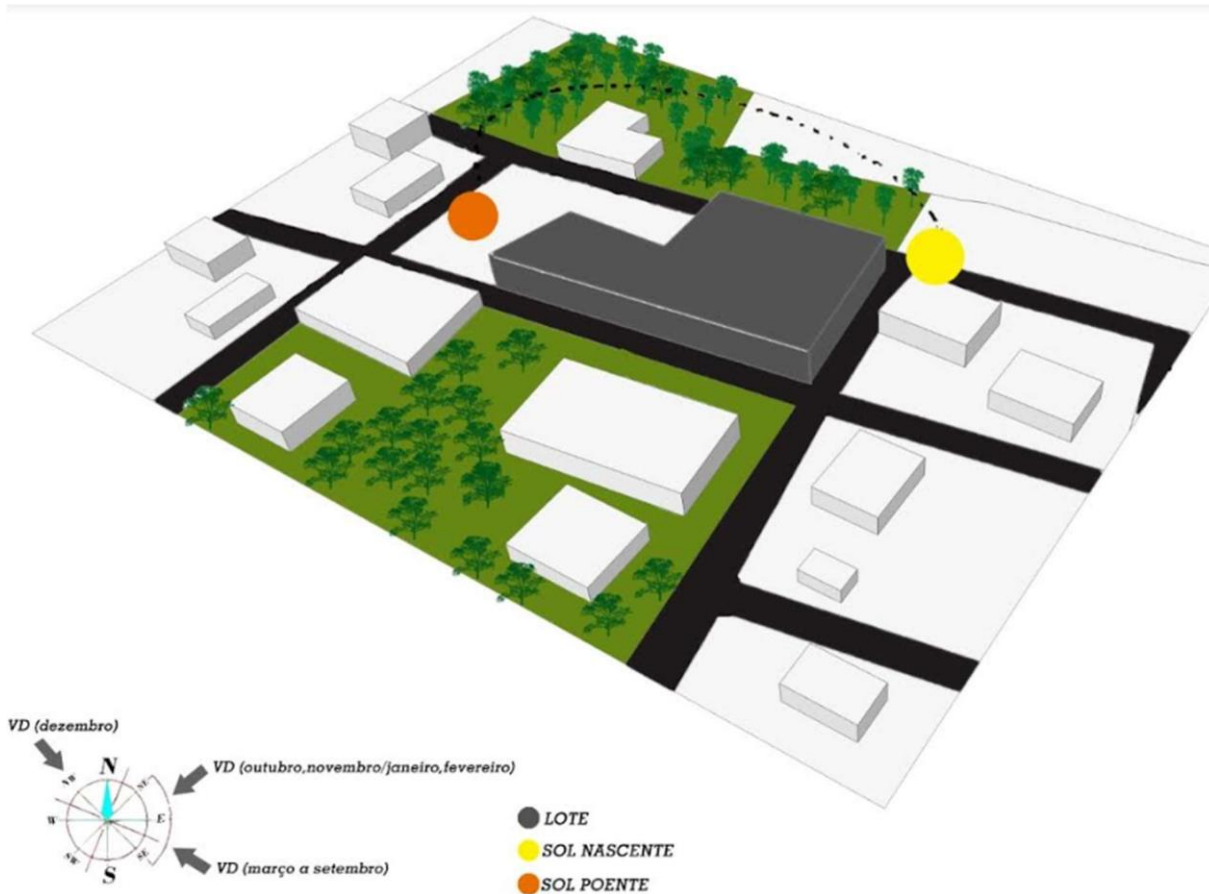
Figura 29 - Localização do terreno



Fonte: O autor, 2022

Observando as condições climáticas do local, foi elaborado um estudo de insolação, através da (FIG. 29) é possível observar o traçado do sol, onde ele nasce e se põe, e a direção do vento dominante referente as demais épocas do ano.

Figura 29 - Nível de insolação



Fonte: O autor, 2022

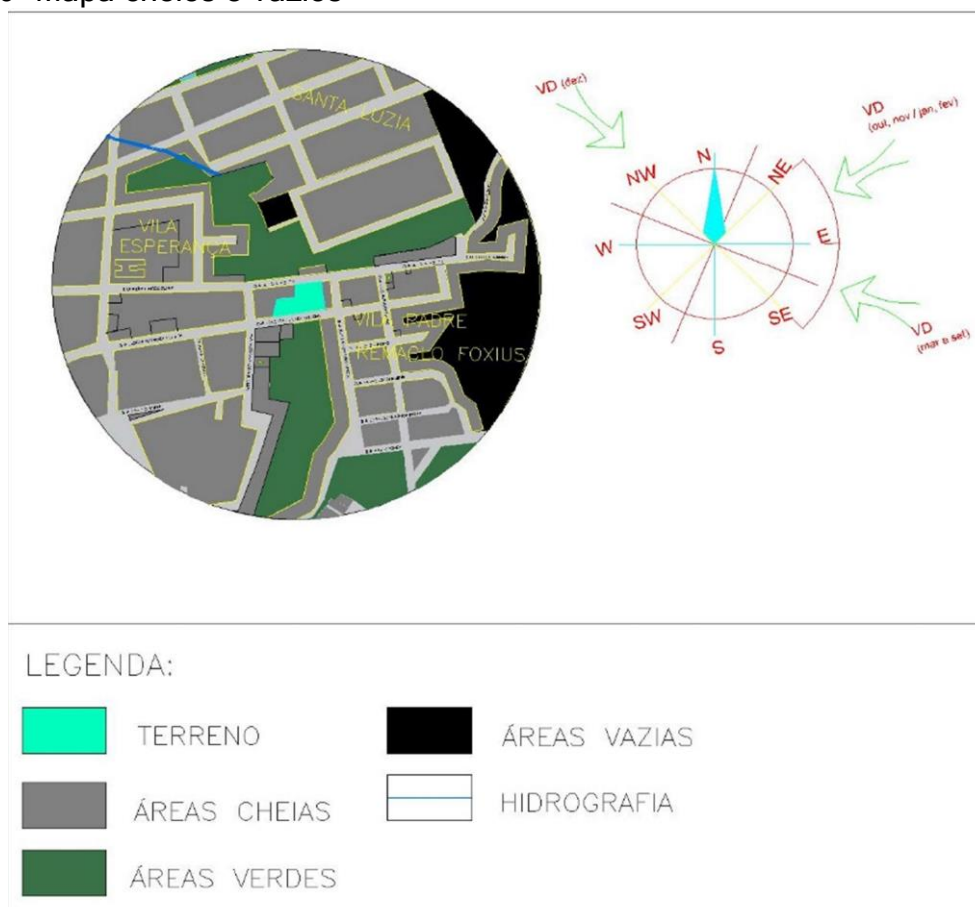
#### 5.4. Estudo de mapas-síntese

Para se compreender e delinear um perfil da área em questão foi confeccionado um mapa-síntese do entorno onde será inserido o equipamento, nele foram analisados e apontados diversos aspectos como sistema viário, acessos, usos, áreas verdes, hidrografia, topografia, áreas propícias à ocupação, etc.

Desta maneira, é apresentado primeiramente o mapa de cheio e vazios (FIG. 30).



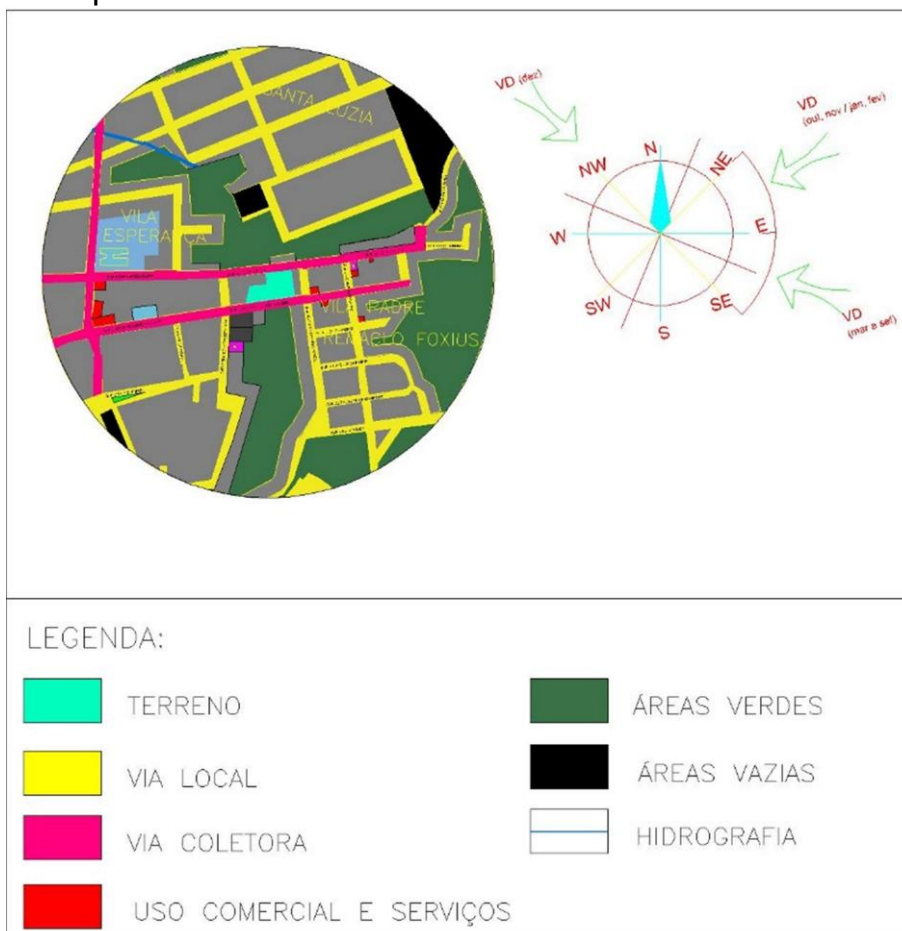
Figura 30- Mapa cheios e vazios



Fonte: O autor, 2022

Neste mapa é possível observar que o entorno do terreno, a maior parte é toda edificada, no entanto, ainda verifica algumas áreas vazias. Dando continuidade ao estudo, na (FIG. 31), é apresentado o mapa relativo à hierarquia viária, no qual pode-se notar que o terreno está localizado em uma posição central de uma via principal, que faz ligação entre as vias secundárias e de acesso rápido ou arteriais,

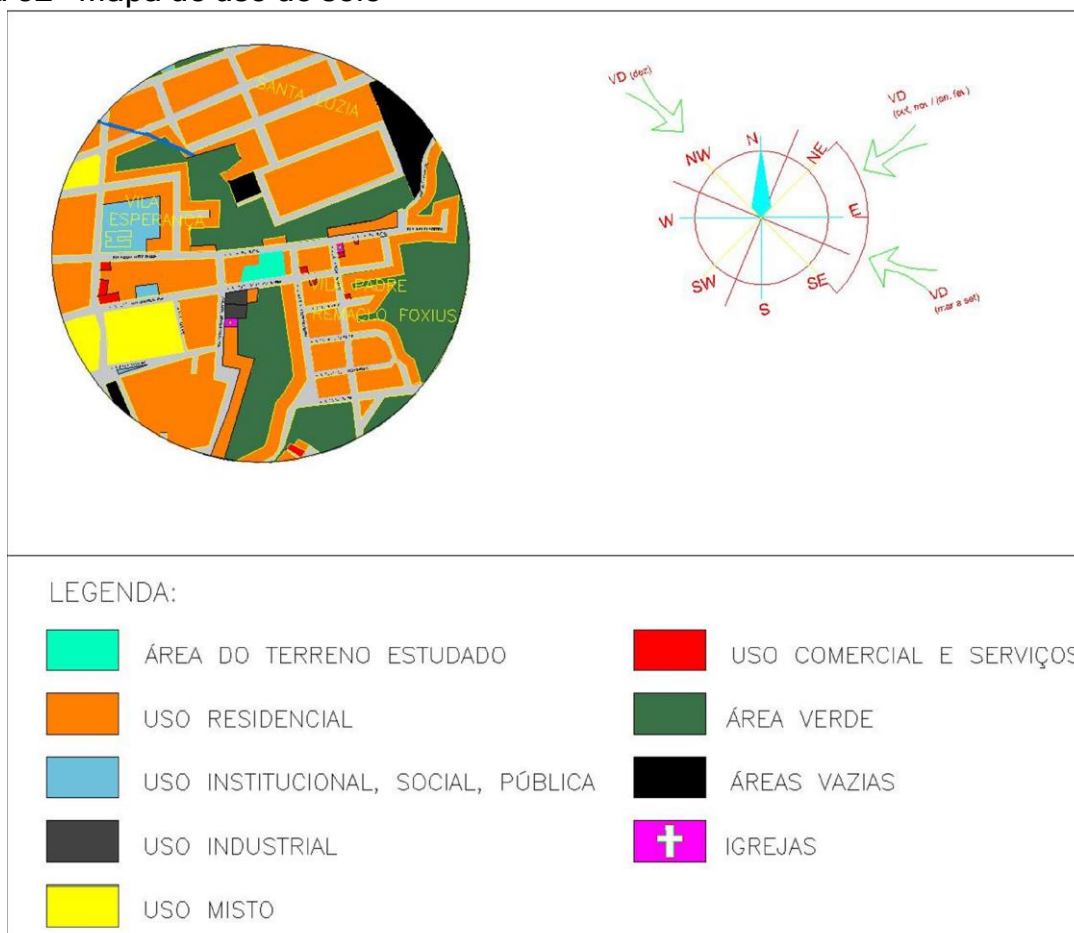
Figura 31 - Hierarquia viária



Fonte: O autor, 2022

O local onde será desenvolvido o projeto, fica em um bairro periférico, onde é observa-se a presença predominante de residências. A presença de áreas verdes é significativa no entorno. Poucos são os terrenos que ainda não possuem. O mapa seguinte (FIG. 32), é sobre uso do solo.

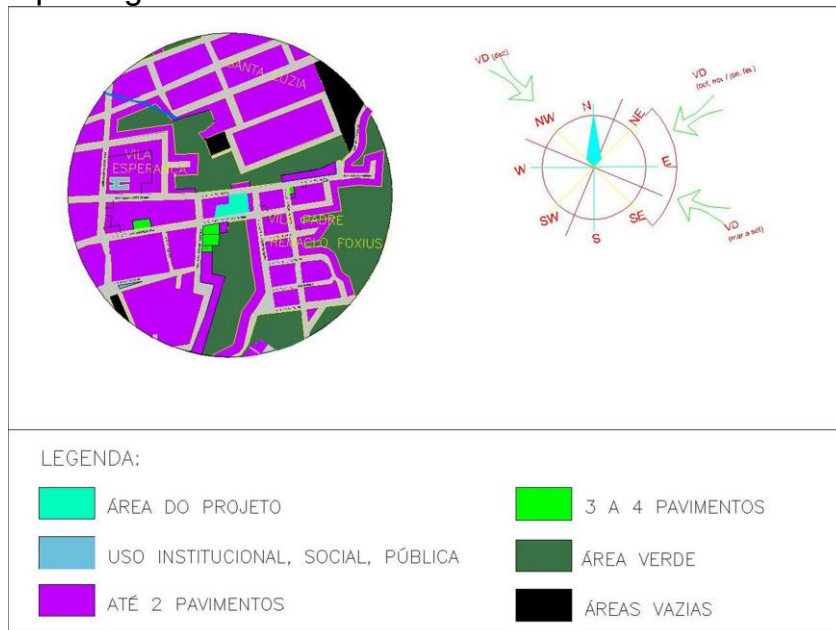
Figura 32 - Mapa de uso do solo



Fonte: O autor, 2022

Através do mapa de gabarito das edificações, (FIG. 33), é possível verificar que o entorno possui como característica, poucos terrenos vazios, edificações de pequeno porte, com a dominância de até dois pavimentos e raros contendo de três e quatro pavimentos.

Figura 33 - Mapa de gabarito



Fonte: O autor, 2022

O entorno da área de projeto escolhida, possui alguns equipamentos urbanos, que é utilizado pela população formiguense. Esses equipamentos são um centro igrejas, locais de uso institucional e de assistência social, algumas poucas indústrias, áreas verdes e praças (FIG. 34).

Figura 34 - Mapa de equipamentos urbanos



Fonte: O autor, 2022

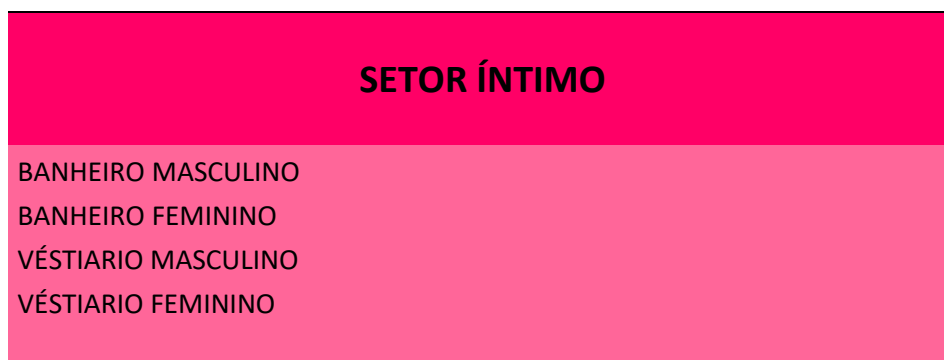
## 6. PROPOSTA PROJETUAL

### 6.1 Programa de necessidades

Para dar início ao desenvolvimento da segunda etapa, foram verificadas as necessidades e possibilidades para a implantação da Proposta de um Centro de Assistência à Criança e ao Adolescente no município de Formiga-MG, para tanto, foi elaborado uma tabela com o programa de necessidades, para o melhor desenvolvimento do projeto.

Tabela 4 - Programa de necessidades

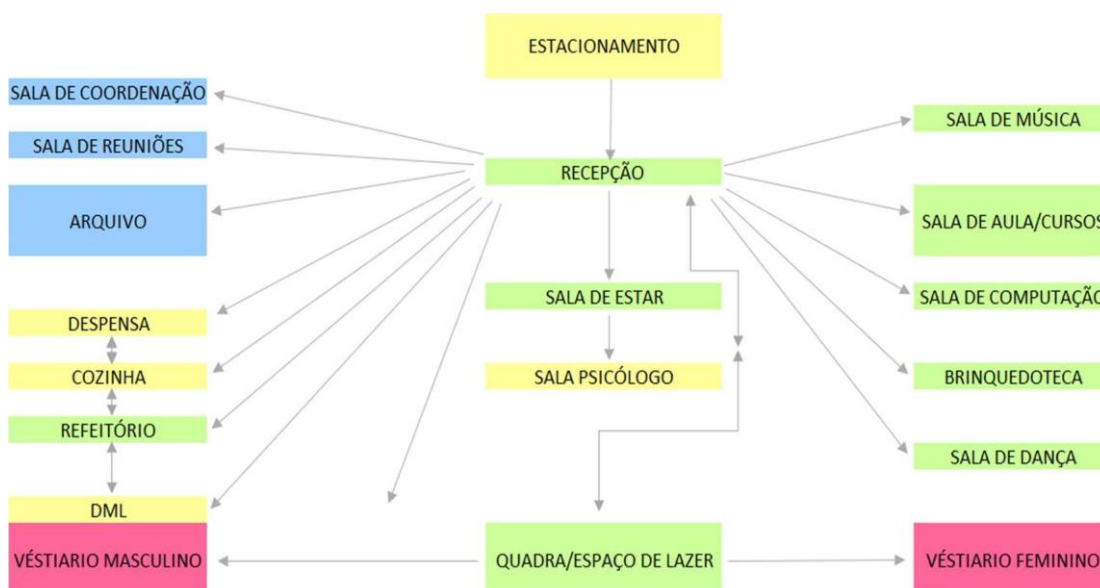
<b>SETOR ADMINISTRATIVO</b>
SALA DE COORDENAÇÃO SALA DE REUNIÕES ARQUIVO
<b>SETOR SOCIAL</b>
RECEPÇÃO SALA DE ESTAR BRINQUEDOTECA SALA DE COMPUTAÇÃO SALA DE DANÇA SALA DE MÚSICA SALA DE AULA/CURSOS QUADRA/ESPAÇO DE LAZER REFEITÓRIO
<b>SETOR SERVIÇOS</b>
COZINHA DESPENSA DML SALA PSICÓLOGO ESTACIONAMENTO



Fonte: O autor, 2022

A estrutura que compõe o programa de necessidades pode ser melhor visualizada no Fluxograma representado pela FIG. 35.

Figura 35 - Fluxograma



Fonte: autor, 2022

## 7. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O objetivo principal deste trabalho consistiu em é apresentar estudos relacionados ao tema escolhido, para que a proposta do projeto arquitetônico seja elaborada eficazmente e correta atendendo a demanda e proporcionando o acesso à educação e aos direitos de todas as crianças e adolescentes no município de Formiga/MG.

Observou-se que, no referido município, há uma carência de espaços destinados ao atendimento de crianças e adolescentes, no que concerne à prática esportiva e cultural orientadas por projetos públicos ou por instituições privadas. Desta forma, adotar uma abordagem informada pelo serviço social, associado a outros setores da sociedade para lidar com a vulnerabilidade oferece oportunidades substanciais para reduzir as desigualdades e melhorar os resultados de saúde e bem-estar para as crianças e adolescentes mais vulneráveis.

Subjacente a esta abordagem estão 2 princípios principais: a intervenção deve ser baseada no local e que, em sua essência, visando melhorar os resultados no desenvolvimento de crianças e adolescentes vulneráveis, abordando os determinantes sociais que criam desigualdades. A abordagem defende, desta forma, a revitalização de espaços que possam ser destinados a este público, em conjunto com a atuação de todos os setores organizacionais para reduzir a vulnerabilidade, com base no trabalho em diferentes níveis que abrange a prevenção de tais ocorrências, a intervenção precoce quando surgem problemas e a criação de um ambiente ao longo da vida onde o impacto negativo é mitigado.

Desta forma, a arquitetura ao estar presente nas mais diversas edificações e propostas projectuais, pode contribuir de maneira ímpar para os processos de edificação e ambientação, reestruturação e revitalização de espaços que possam ser destinados à prática esportiva e cultural, destinados a abrigar projetos sociais para crianças e adolescentes, no contraturno escolar.

## 8. REFERÊNCIAS

ABREU, S. G. de. **Arquitetura esportiva: proposta do centro Poliesportivo do Instituto Federal Goiano – campus Rio Verde**. Monografia. 2020. Rio Verde - GO, 2020.

ABREU, Domingos (coord.). **Censo da exclusão ou a falta de inclusão nos censos?** A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras. Campanha Criança não é de Rua - Campanha Nacional de Enfrentamento à Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes. Fortaleza, 2009. Disponível em: [www.criancanaoederua.org.br](http://www.criancanaoederua.org.br).

ALMEIDA, A. M. O; MARTINS, P. O; TRINDADE, Z. A. O Ter e o Ser: Representações Sociais da adolescência entre Adolescentes de Inserção Urbana e Rural. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 16 (3), 2003.

ANDRADE, Franklyn Emmanuel Pontes de. Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. In.: **Revista JusBrasil**, 20 maio 2018. Disponível em: <https://franklynemmanuelpa.jusbrasil.com.br/artigos/579996775/evolucao-historica-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077**: Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 109, São Paulo, 2012.

BECKER, D. **O que é Adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)** • v 11, n. 1, janeiro/junho 2007.

BORGES, H. I. **Centro de esportes e lazer**: um espaço de desenvolvimento humano. Monografia. 2018. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2018.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. edição atualizada até outubro de 2017.



CARLOS FILHO, J. F. **Análise das condições de mobilidade para pedestres com mobilidade reduzida em trecho da Avenida Engenheiro Roberto Freire.**

Monografia. 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal, 2017.

CARON, A. et al. Desenvolvimento humano e transmissão de valores nos projetos socioesportivos no Instituto Compartilhar. **Motrivivência**, v. 29, n. 50, p. 31-49, maio de 2017.

CASTRO, J.A; et al. **Juventude e Políticas sociais no Brasil** / Brasília, 2009.

ELIAS, João Roberto. **Direitos fundamentais da criança e do adolescente.** São Paulo: Saraiva, 2005.

CORTÊS NETO, E. D. et al. Resiliência em Adolescentes Participantes de Projetos Sociais Esportivos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 3, p. 901-908, mar. 2020.

FAVA, D. **O esporte como método de inclusão social.** Monografia. 2016. FAEMA. Ariquemes-RO, 2016.

FERREIRA, T.H.S; FARIAS, M.A. Adolescência através dos Séculos Universidade Federal de São Paulo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Abr-Jun 2010, Vol. 26 n. 2.

GABARDO, B. E. **Centro comunitário de esportes como agente transformador urbano e social.** 2018. Monografia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2018.

GROSSMAN, Eloisa. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. **Revista Oficial do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente UERJ** Jul/Set - 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JESUS, J. S. de. **CENTRO ESPORTIVO CDEES** - (centro de desenvolvimento educacional esportivo social. Monografia. 2018. Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central. Gama -DF, 2018.

LAMONICA, Dionísia Aparecida Cusin et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 14, n. 2, p. 177-188, Aug. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000200003&lng=en&nrm=iso)>.

LIMA, Caio Souza Pitta. **Evolução histórica do sistema internacional de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes.** In. Boletim Consultor Jurídico, 16 out. 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,evolucao->

historica-do-sistema-internacional-de-protecao-aos-direitos-humanos-de-criancas-e-adolescentes,54545.html.

LODI, D. M. **Acessibilidade na estrutura e infraestrutura do aeroporto de Joinville Lauro carneiro de Loyola, SC**: um estudo de caso. Monografia. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina. Joinville. 2016.

MARTY, F. **Adolescência, violência e sociedade**. *Ágora*, 2006, 9, 119-131.

MOTTA, Débora. **Uma análise da adolescência ao longo da história FAPERF**. 2010.

NOGUEIRA NETO, W. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 83, p. 5-29, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - Código de obras. 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA. **A história de Formiga**. Disponível em:<[http://www.formiga.mg.gov.br/?pg=14&id\\_busca=18](http://www.formiga.mg.gov.br/?pg=14&id_busca=18)>

SANCHES, Simone Meyer; RUBIO, Kátia. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 825- 841, 2011

SANTOS, B. R. 18 anos de ECA: a inclusão de crianças e adolescentes no estado de direitos brasileiro. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 152-154, 2007.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão** - Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: 1999.

SILVA, W. O esporte enquanto elemento educacional. **Revista digital** - Buenos Aires, ano 10, n. 79, dezembro de 2004

SOARES, Jussara. Bolsonaro diz que ECA deve ser 'rasgado e jogado na latrina'. **O Globo Brasil**, Rio de Janeiro, 28, agosto de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-eca-deve-ser-rasgado-jogado-na-latrina-23006248>>

SOUZA, E., NORONHA, V., RIBEIRO, C., TEIXEIRA, D. FERNANDES, D., VENÂNCIO, M. **Sistema de monitoramento e avaliação dos programas Esporte e lazer da cidade e Segundo Tempo do Ministério de Esporte**. Belo Horizonte: O lutador, 2010. 184p.

SOUZA, M. R. Crianças e adolescentes: prioridade absoluta? **Revista Katálisis**, Florianópolis, n. 2, p. 41-48, 1998

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Infância e adolescência, o conflito com a lei**: algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 2, p.285-296, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v25n2/10.pdf>>.